



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES – RJ
PREFEITURA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2015



O PREFEITO MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve tornar públicas as instruções destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento dos cargos públicos existentes na Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

1.2. Os cargos objeto do Concurso Público, os requisitos necessários para habilitação, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.2.1. As descrições sumárias dos cargos, a definição de conteúdos programáticos e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.

1.2.2. A Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ admitirá o número total dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas no Anexo I deste Edital, durante a validade do Concurso Público, respeitada a ordem de classificação.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, localizar o link do **Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ**, clicar em **Cargos disponíveis** e escolher o cargo para o qual deseja realizar a inscrição. Logo em seguida, o candidato deverá preencher o **Formulário de inscrição**, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados, inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3.1. Os candidatos que não dispõem, por qualquer motivo, de acesso à Internet deverão seguir as orientações contidas nos itens 4.18 a 4.24 do Edital.

1.4. O candidato que necessitar de condição especial para a realização da prova, ainda que tenha feito sua inscrição pela Internet e tenha especificado no Formulário de Inscrição a condição que necessita, deverá também solicitá-la por escrito e anexar o laudo com justificativa médica.

1.4.1. Os documentos mencionados acima (solicitação de condição especial e laudo médico) deverão ser entregues no Posto de Atendimento definido no item 4.19 ou enviados por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR, **durante o período de inscrição - compreendido de 30/11/15 a 18/12/15**, para o **Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**, Núcleo de Concursos, situado na Rua Buenos Aires, nº 19 – Centro – Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20070-021.

1.4.2. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto nos itens 1.4 e 1.4.1, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

1.5. As **candidatas grávidas e as lactantes** deverão declarar, **no ato da inscrição**, sua condição para disponibilização de sala especial no dia de aplicação das provas.

1.5.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no item 1.5, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

1.5.2. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade, cuja pessoa deverá possuir maioridade legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança.

1.5.3. A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará a prova e será eliminada do Concurso Público.

1.6. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 14, da Lei Municipal nº 1.520, de 23 de setembro de 2008, serão reservados aos candidatos com deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo, **observada a aptidão plena para o exercício das atribuições do cargo escolhido.**

1.7. O disposto no item 1.6 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

1.8. Caso não haja nomeação e posse conjunta de todos os aprovados, a cada 19/20 de candidatos sem deficiência, o último vigésimo será nomeado oriundo da lista de candidatos com deficiência aprovados, independentemente de sua classificação geral, respeitando-se a ordem de classificação da lista de candidatos aprovados com deficiência.

1.9. Os candidatos aprovados no Concurso Público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes.

1.10. Os horários estabelecidos neste Edital seguem o Horário de Brasília.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO PÚBLICO

2.1. Ser brasileiro ou naturalizado, ou no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 12, § 1º da Constituição Federal/88; combinado com o Decreto Federal nº 70.436/72;

2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

2.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

2.4. Ter nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

2.4.1. O candidato que não comprovar a escolaridade exigida para o cargo, no ato da posse, será eliminado do Concurso Público.

2.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da posse;

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo ou emprego público, exceto aqueles admitidos constitucionalmente;

2.9. Apresentar, quando se tratar dos cargos de Motorista e Telefonista, na convocação para entrega de documentos, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo ou emprego público, comprovando a experiência exigida.

3. VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro 2004.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de candidato com deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, no Formulário de inscrição.

3.4. Conforme disposto pelo art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, o candidato deverá apresentar, **durante o período de inscrição - compreendido de 30/11/15 a 18/12/15**, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.4.1. O laudo médico deverá ser referente aos últimos 06 (seis) meses e estar redigido em letra legível.

3.4.2. Os candidatos com deficiência deverão entregar o laudo médico no Posto de Atendimento, definido no item 4.19 ou enviar por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR, **durante o período de inscrição - compreendido de 30/11/15 a 18/12/15**, para o **Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**. **Caso o laudo seja enviado via postal**, na parte externa do envelope deverá constar as seguintes informações:

Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/ RJ Laudo Médico Rua Buenos Aires, nº 19 – Centro, Rio de Janeiro/ RJ CEP: 20070-021
--

3.5. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.6. Os candidatos com deficiência aprovados e convocados para a realização da etapa de exames médicos deverão submeter-se à junta médica oficial promovida pela Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, que terá decisão sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como sobre a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado, sendo lícito ao Poder Executivo Municipal programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.7. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal nº 3.298/99.

3.8. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 1.6, concorrendo à totalidade das vagas.

3.9. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.10. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, observado o disposto no item 3.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial no dia do Concurso Público deverá especificá-la no Formulário de inscrição e seguir as orientações do item 1.4 e seus subitens.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no item 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por esses candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso Público, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência, não preenchidas, serão remanejadas para os demais candidatos.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. As inscrições serão realizadas no período **de 30/11/15 a 18/12/15**, pela Internet, através do site **www.ibam-concursos.org.br**.

4.1.1. Os valores das inscrições são os dispostos na tabela abaixo:

CARGOS/ ESCOLARIDADES	VALORES DE INSCRIÇÃO
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00 – oitenta reais
Cargos de Nível Médio	R\$ 50,00 – cinquenta reais
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00 – trinta reais

4.2. O candidato deverá consultar o site **www.ibam-concursos.org.br** onde terá acesso a todos os documentos e procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre **0h00 do dia 30/11/15 e 22h00 do dia 18/12/15**.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br através da opção **Área do candidato**.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie, **preferencialmente no Banco Bradesco**, ou através de *Internet Banking*, **NÃO SENDO ACEITO PAGAMENTO EM CHEQUE, AGENDAMENTO BANCÁRIO OU DEPÓSITO FEITO ATRAVÉS DE ENVELOPE EM TERMINAL ELETRÔNICO.**

4.4.1. Caso ocorra dificuldade na impressão do boleto bancário o candidato poderá realizar alguns dos procedimentos a seguir:

- 1) clicar no ícone de impressão;
- 2) clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção imprimir;
- 3) usar a opção de imprimir do navegador através do menu de opções;
- 4) usar as teclas Ctrl P para chamar a opção de imprimir do navegador.

4.4.2. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros ou para outros concursos.

4.5. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser efetivado, impreterivelmente, **até o dia 21/12/15**, caso contrário não será considerado.

4.6. O candidato inscrito pela Internet responsabilizar-se-á pela informação dos dados cadastrados no ato de inscrição, sob as penas de lei.

4.7. O candidato inscrito pela Internet deverá retirar seu cartão de confirmação, contendo as informações sobre o local de realização da prova, no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br através da opção **Área do candidato**.

4.7.1. Quando o cartão de confirmação estiver disponível haverá um aviso de "cartão disponível" na página principal de concursos do IBAM.

4.7.2. Ao gerar o cartão de confirmação de inscrição o candidato deverá verificar se a data e o horário da prova estão em conformidade com o item 5.2.1. do Edital. Caso haja alguma divergência o candidato deverá entrar em contato com o IBAM.

4.8. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição via Internet implicará cancelamento da inscrição.

4.9. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do Formulário de inscrição, razão pela qual deve ser atentamente conferido antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.

4.10. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.ibam-concursos.org.br nos últimos dias de inscrição.

4.11. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura Municipal de Paty do Alferes não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados, salvo quando o motivo da falha for comprovadamente de responsabilidade das entidades organizadoras do Concurso Público.

4.12. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.13. Após o pagamento do valor de inscrição não será permitida alteração de cargo.

4.14. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação e cancelamento do Concurso Público, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

4.15. Informações complementares sobre inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br.

4.16. O candidato deverá verificar, **a partir do dia 22/12/15 após às 14h00**, através do site www.ibam-concursos.org.br, na opção **Documentação do concurso**, se sua inscrição foi homologada, não cabendo aos organizadores qualquer responsabilidade pela não conferência.

4.16.1. O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá recorrer na forma do item 7 do presente Edital.

4.17. O atendimento ao candidato será feito através do email concurso@ibam.org.br, ou ainda pelos telefones (21) 3553-1754/ 3553-1755/ 3553-1758/ 2536-9797 no horário de 08h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira.

4.18. Da inscrição no Posto de Atendimento

4.19. Para os candidatos que não dispõem, por qualquer motivo, de acesso à *Internet*, será disponibilizado microcomputador para viabilizar a efetivação da inscrição, no Posto de Atendimento, localizado na Secretaria Municipal de Turismo – Praça Pedro Chaim, s/nº - Centro, Paty do Alferes, nos horários de 9h00 às 11h00 e de 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.

4.19.1. Devido ao Feriado de Aniversário do Município de Paty do Alferes o posto de atendimento não funcionará no dia 08/12/15.

4.20. Será de responsabilidade exclusiva do candidato efetuar sua inscrição, podendo contar apenas com orientações do atendente do posto. Não será responsabilidade do atendente efetuar a inscrição para o candidato.

4.21. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá estar munido obrigatoriamente de documento de identidade oficial, original e com fotografia e do CPF (Cadastro de Pessoa Física) e seguir todas as instruções descritas no item 4 e subitens.

4.22. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CRA, CRC, OAB e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto ou Passaporte.

4.23. Após o preenchimento do Formulário de inscrição o candidato deverá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento do valor de inscrição em rede bancária.

4.23.1. Caso ocorra dificuldade na impressão do boleto bancário o candidato poderá realizar alguns dos procedimentos a seguir:

- 1) clicar no ícone de impressão;
- 2) clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção imprimir;
- 3) usar a opção de imprimir do navegador através do menu de opções;
- 4) usar as teclas Ctrl P para chamar a opção de imprimir do navegador.

4.24. O candidato somente será considerado inscrito neste Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 e subitens deste Edital.

4.25. Isenção

4.25.1. Fica dispensado do pagamento do valor de inscrição o cidadão residente em Paty do Alferes, **há pelo menos 2 (dois) anos**, que comprovadamente enquadrar-se nas normas previstas na Lei Municipal nº 1.422, de 09 de agosto de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 4.452, de 18 de novembro de 2015.

4.25.2. A comprovação do tempo de residência no Município será feita através da apresentação de cópia autenticada de, pelo menos, um dos documentos abaixo:

- a)** carnê de IPTU em nome do candidato;
- b)** carnê de IPTU em nome de pai, mãe, irmão, avós ou cônjuge do candidato;
- c)** nota fiscal ou fatura relativa ao pagamento de conta de água, energia elétrica ou telefone fixo em nome do candidato;
- d)** nota fiscal ou fatura relativa ao pagamento de conta de água, energia elétrica ou telefone fixo em nome de pai, mãe, irmão, avós ou cônjuge do candidato;
- e)** título de eleitor.

4.25.3. A comprovação dos parentescos previstos nas letras b e d se dará com o fornecimento de cópias autenticadas em cartório, de documentos oficiais de identidade e/ou cópias de certidões de nascimento, de casamento ou declaração de união estável realizada em cartório.

4.25.4. O carnê de IPTU, contas de água, energia elétrica ou telefone fixo deverão ser datados de 2 (dois) anos antes da data de publicação do Edital. No caso de apresentação do título de eleitor, para fins de comprovação de tempo, será considerada a data de emissão constante no documento.

4.25.5. Para fazer jus à isenção o candidato deverá atender as exigências constantes da legislação municipal, detalhadas a seguir.

4.25.5.1. Estar desempregado, mediante apresentação do “Requerimento de Isenção” onde declare que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda, exceto a proveniente de seguro-desemprego, e sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o valor da inscrição sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

O candidato desempregado deverá apresentar, no ato de inscrição, além do Requerimento de Isenção, a documentação comprobatória de todas as seguintes situações:

I) não possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

a) se não tiver nenhum contrato de trabalho registrado em sua CTPS, apresentar declaração, nos termos do Modelo nº 1 constante do Anexo VI deste Edital, e, ainda, apresentar cópias das páginas da CTPS listadas abaixo:

a.1) página com foto até a primeira página da CTPS destinada ao registro de contratos de trabalho, em branco;

a.2) páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver; ou,

b) se não tiver vínculo empregatício vigente registrado na CTPS, apresentar declaração, nos termos do Modelo nº 2 constante do Anexo VI deste Edital, datada e assinada, e, ainda, apresentar cópias das páginas da CTPS listadas abaixo:

b.1) página com foto até a página com a anotação do último contrato de trabalho do candidato, na qual deverá constar o registro de saída;

b.2) primeira página subsequente à da anotação do último contrato de trabalho ocorrido, em branco;

b.3) páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver.

II) não possuir vínculo estatutário vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

a) se já teve vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal, e este foi extinto, apresentar original ou cópia de certidão expedida por órgão ou entidade competente, em papel timbrado, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento, informando o fim do vínculo estatutário, ou a cópia da publicação oficial do ato que determinou a extinção do vínculo; ou,

b) se nunca teve vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal, apresentar declaração nos termos do Modelo nº 3 constante do Anexo VI deste Edital.

III) não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

a) se já teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público municipal, estadual ou federal e este foi extinto, apresentar cópia do contrato extinto, acompanhado da documentação pertinente que comprove sua extinção, e declaração conforme Modelo nº 4 constante do Anexo VI deste Edital; ou,

b) se nunca teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público municipal, estadual ou federal, apresentar declaração nos termos do Modelo nº 5 constante do Anexo VI deste Edital.

IV) não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.

a) se já tiver exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, apresentar original ou cópia de certidão em que conste a baixa da atividade; ou,

b) se não auferir qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma, apresentar declaração nos termos do Modelo nº 6 constante do Anexo VI deste Edital.

Todas as declarações a que se refere o subitem 4.25.5.1 deste Edital deverão ser datadas e assinadas pelo candidato interessado, que se responsabilizará por todas as informações prestadas, sob pena de incorrer em crime de falsidade ideológica, nos termos da legislação correspondente.

4.25.5.2. Ser estudante da Rede Pública de Ensino situada no Município de Paty do Alferes, mediante apresentação de declaração com firma reconhecida do emitente ou cópia autenticada do diploma da instituição de ensino formadora;

4.25.5.3. Ter concluído o Ensino Fundamental, Médio ou Superior na Rede Pública de Ensino situada no Município de Paty do Alferes, mediante apresentação de declaração com firma reconhecida do emitente ou cópia autenticada do diploma da instituição de ensino formadora.

4.25.5.4. Comprovar que possui deficiência física, mediante apresentação de laudo médico, original ou cópia autenticada, expedido por Médico do Sistema Único de Saúde, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

4.25.6. Para as inscrições amparadas pelo item 4.25.5 e seus subitens, os candidatos deverão proceder da seguinte forma:

a) realizar o pré-cadastramento de seus dados pessoais, **pela Internet**, através do site **www.ibam-concursos.org.br** ou **através do Posto de Atendimento** definido no item 4.19, **no período de 30/11/15 a 02/12/15**, acessando a opção **Cargos disponíveis** no **link** do **Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ** e escolher o cargo para o qual deseja pleitear isenção. Logo em seguida, o candidato deverá preencher o **Formulário de inscrição**, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados, inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

b) imprimir o Boleto Bancário, contendo o nome do candidato, número do documento de identidade e o código e a nomenclatura do cargo escolhido;

c) apresentar, conforme o caso, a documentação exigida no item 4.25.5 e subitens.

4.25.7. O candidato deverá entregar, **pessoalmente**, os documentos mencionados acima (boleto bancário e cópia da documentação exigida), no Posto de Atendimento, localizado na Secretaria Municipal de Turismo – Praça Pedro Chaim, s/nº - Centro, Paty do Alferes, nos horários de 9h00 às 11h00 e de 13h00 às 17h00, no período de **30/11/15 a 02/12/15**.

4.25.7.1. Toda documentação apresentada pelo candidato deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na sua parte externa os seguintes dados: Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ, Pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição, o número da inscrição, o nome do candidato e o cargo.

4.25.7.2. A documentação apresentada é individual, sendo vedada a entrega de documentos de mais de um candidato em um mesmo envelope.

4.25.7.3. A entrega da documentação deverá ser feita pelo próprio candidato ou por intermédio de Procurador, desde que seja apresentado instrumento público ou particular, que lhe confira os poderes específicos necessários, acompanhado de cópias autenticadas dos documentos de identidade do candidato e do Procurador.

4.25.7.4. No caso de instrumento público, não há necessidade de reconhecimento de firma.

4.25.7.5. O candidato que utilizar Procurador para requerer isenção assume total responsabilidade pela documentação apresentada por seu Procurador, arcando com as consequências de eventuais erros.

4.25.7.6. A documentação que for apresentada em desacordo com as regras do Edital não será analisada.

4.25.7.7. Os gastos com as cópias e autenticações dos documentos solicitados serão por conta do candidato.

4.25.8. A Prefeitura Municipal de Paty do Alferes se reserva o direito de confirmar, em qualquer época, as informações e documentos apresentados, indeferindo as inscrições cujos documentos não sejam comprovadamente válidos.

4.25.9. Na ocorrência de falsidade de declaração, serão adotadas medidas legais contra os infratores, inclusive as de natureza criminal, sendo o mesmo excluído do Concurso Público.

4.25.10. A análise dos pedidos de isenção das inscrições e o deferimento ou não destas são de competência da Comissão designada pelo Poder Executivo Municipal.

4.25.11. O resultado da análise da documentação apresentada na inscrição do candidato contemplado será dado a conhecer através dos sites do IBAM e da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, do Mural Oficial de Atos da Prefeitura e da Imprensa Oficial do Município, cabendo exclusivamente ao candidato a responsabilidade de conferir, no dia **11/12/15**, se teve seu pedido de isenção do valor de inscrição deferido.

4.25.12. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de inscrição via correio, via fax ou via email.

4.25.13. É assegurado recurso em caso de decisão denegatória do pedido de isenção nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à divulgação da referida decisão.

4.25.14. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e entregues para registro no Posto de Atendimento, localizado na Secretaria Municipal de Turismo – Praça Pedro Chaim, s/nº - Centro, Paty do Alferes, nos horários de 9h00 às 11h00 e de 13h00 às 17h00.

4.25.15. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição deferida estarão, automaticamente, inscritos no Concurso Público, para o cargo informado no Formulário de inscrição.

4.25.16. O candidato que tiver a sua **pré-inscrição indeferida** poderá participar do Concurso Público, desde que efetue o pagamento do boleto bancário da inscrição já realizada.

4.25.17. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição indeferida e que não efetuarem o pagamento do boleto bancário, estarão automaticamente excluídos do mesmo.

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. Provas Objetivas

5.1.1. As provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito no Anexo II deste Edital.

5.1.2. O valor de cada prova objetiva é o constante do Anexo II deste Edital.

5.1.3. Nas provas objetivas eliminatórias e classificatórias, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.4. O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo ao qual o candidato concorrer.

5.1.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas Objetivas

5.2.1. As provas objetivas serão realizadas, **no dia 14 de fevereiro de 2016, em dois períodos** a saber:

- **1º período** para os cargos de Nível Superior e Nível Fundamental Completo, com **abertura dos portões às 8h00 e fechamento às 9h00**, para início das mesmas, a partir da autorização da Coordenação Geral do Concurso, sendo de 3 (três) horas a duração da prova.

- **2º período** para os cargos de Nível Médio e Nível Fundamental Incompleto, com **abertura dos portões às 14h00 e fechamento às 15h00**, para início das mesmas, a partir da autorização da Coordenação Geral do Concurso, sendo de 3 (três) horas a duração da prova.

5.2.2. O local da realização das provas, além de ser divulgado nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes (www.patydoalferes.rj.gov.br), constará do cartão de confirmação de inscrição disponível no site de concursos do IBAM na opção Área do candidato e também será disponibilizada lista nominal nos sites do IBAM e da Prefeitura e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes.

5.2.2.1. Ao gerar o cartão de confirmação de inscrição o candidato deverá verificar se a data e o horário da prova estão em conformidade com o item 5.2.1 do Edital. Caso haja alguma divergência o candidato deverá entrar em contato com o IBAM.

5.2.3. As provas serão realizadas na cidade de **Paty do Alferes e caso necessário em Municípios vizinhos**, nos locais especificados pela organização do Concurso Público.

5.2.3.1. O IBAM e a Prefeitura Municipal de Paty do Alferes não assumirá qualquer responsabilidade quanto ao transporte e ao alojamento dos candidatos.

5.2.4. O candidato que chegar após o horário estabelecido no item 5.2.1. não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Concurso Público.

5.2.5. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de prova com antecedência de uma hora do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.6. O candidato deverá comparecer aos locais de prova munido do cartão de confirmação de inscrição e de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia, e de 2 (duas) canetas esferográficas transparentes de tinta azul ou preta.

5.2.6.1. O cartão de confirmação de inscrição é um documento de caráter informativo, motivo pelo qual a sua apresentação não é obrigatória, no dia de realização das provas.

5.2.7. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto ou Passaporte.

5.2.7.1. Os documentos especificados no item anterior deverão estar dentro do prazo de validade.

5.2.7.2. Não serão aceitos como documento de identidade: Certidões de nascimento; Títulos eleitorais; Carteiras de Motorista (modelo sem foto); Carteiras de Estudante; Carteiras Funcionais sem valor de identidade; Documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

5.2.7.3. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato (foto e assinatura).

5.2.8. Caso o candidato não possa apresentar **nenhum dos documentos** de identidade relacionados no item 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo **de todos eles**, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

5.2.8.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

5.2.9. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo os sinais de alarme e os modos vibração e silencioso**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, *palm-top*, relógio digital com receptor, *Ipod*, *MP3*, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, **mesmo que o aparelho esteja dentro do envelope de segurança**, com recolhimento da prova e posterior retirada do candidato do local de prova, mediante registro da ocorrência em ata própria.

5.2.9.1. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso seja ativado.

5.2.9.2. Recomenda-se ao **candidato não levar nenhum dos aparelhos indicados acima**. Caso ocorra alguma irregularidade será de responsabilidade do candidato.

5.2.10. Será proibido ao candidato entrar ou permanecer no local de prova portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte.

5.2.11. Será vedado ao candidato o uso de óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro entre outros. O candidato que necessitar usar um dos itens citados deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela coordenação do local.

5.2.12. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.13. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marcapasso, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão comunicar previamente à Organização do Concurso Público - durante o período de inscrição - através de comunicação formal via postal. Estes candidatos deverão ainda comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de equipamentos.

5.2.14. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.15. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.16. A organização do Concurso Público não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

5.2.17. O candidato ao terminar sua prova deverá retirar-se imediatamente do local, não podendo permanecer em suas dependências, tampouco utilizar os banheiros.

5.2.18. A Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes poderá, justificadamente, alterar, antes da realização do presente certame, as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos, que serão adicionados ao total de pontos obtidos pelos candidatos nas demais provas.

5.3.1.1. A contagem dos pontos referida no item anterior obedecerá aos critérios a seguir:

a) para o cargo de Professor A:

- Cursos de aperfeiçoamento, com mínimo de 120 (cento e vinte) horas/aula por curso, que guardem ligação direta com as atribuições do cargo ao qual o candidato está concorrendo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 01 (um) ponto, podendo apresentar até 03 (três) certificados;
- Certificado de conclusão de Formação Docente de Nível Superior, em Curso de Pedagogia ou Normal Superior, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 03 (três) pontos;
- Curso de Especialização em Pós-Graduação com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e/ou histórico escolar: 04 (quatro) pontos, podendo apresentar até 02 (dois) certificados.

b) Para os cargos de Nível Superior:

- Cursos de aperfeiçoamento, com mínimo de 120 (cento e vinte) horas/aula por curso, que guardem ligação direta com as atribuições do cargo ao qual o candidato está concorrendo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 01 (um) ponto, podendo apresentar até 03 (três) certificados;
- Curso de Especialização em Pós-Graduação com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito exigido para provimento e guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e/ou histórico escolar: 04 (quatro) pontos, podendo apresentar até 02 (dois) certificados;
- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com o cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e Título de Mestre: 08 (oito) pontos;
- Doutorado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e Título de Doutor: 12 (doze) pontos.
- **A carga horária dos títulos não é cumulativa.**

No caso dos títulos de Especialização em Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, serão aceitos também Certidões de Conclusão de Curso e/ou Declarações de Conclusão de Curso, expedidas por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Caso seja identificada a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, a certidão/declaração não será válida.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. A pontuação máxima na prova de títulos é de 14 (catorze) pontos para o cargo de Professor A e 31 (trinta e um) pontos para os cargos de Nível Superior.

5.3.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.5. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório.

5.3.6. As notas atribuídas aos títulos serão adicionadas à nota final, exclusivamente para efeitos de classificação, não como critério de desempate.

5.3.7. Se comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a culpa do mesmo, será excluído do Concurso Público.

5.3.8. Apresentação dos títulos:

5.3.8.1. Os candidatos aprovados nas provas objetivas deverão entregar, no período de **08 a 10 de março de 2016**, **seus títulos autenticados**, na Secretaria Municipal de Administração, localizada na Rua Dr. Sebastião de Lacerda, nº 35 - Centro, Paty do Alferes/RJ, no horário de 13h00 às 17h00.

5.3.8.2. Os títulos autenticados deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número da inscrição, o nome do candidato e o cargo para o qual esta concorrendo, sob responsabilidade pessoal do candidato.

5.3.8.3. O candidato deverá preencher o modelo de formulário para entrega dos títulos, constante do Anexo V deste Edital, que estará disponível em doc no site www.ibam-concursos.org.br na Área Documentação do concurso. O canhoto do formulário será destacado e entregue ao candidato como protocolo de recebimento.

5.3.8.4. A análise das provas de títulos é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

5.4. Provas Práticas

5.4.1. Serão aplicadas provas práticas, com caráter eliminatório e classificatório, aos candidatos aos cargos de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, Coveiro, Merendeira e Motorista.

5.4.2. Serão convocados para as provas práticas os candidatos que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados nas proporções abaixo:

- até a 60ª colocação para o cargo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos;
- até a 10ª colocação para o cargo de Coveiro;
- até a 60ª colocação para o cargo de Merendeira;
- até a 32ª colocação para o cargo de Motorista.

5.4.3. Os candidatos convocados para realização das provas práticas deverão portar o documento original de identidade, dentro do prazo de validade.

5.4.3.1. Os convocados do cargo de Motorista deverão portar o documento original de identidade e o original da **Carteira de Habilitação Profissional Categorias D ou E**, dentro do prazo de validade.

5.4.4. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem no mínimo 50 (cinquenta) pontos nas provas práticas.

5.4.5. A elaboração, aplicação e correção das provas práticas serão de responsabilidade do IBAM, cabendo o fornecimento da infraestrutura, inclusive máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, à Prefeitura Municipal.

5.4.6. A convocação dos candidatos para realização das provas práticas, **previstas para os dias 19 e 20 de março de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes.

5.4.7. O Edital de Convocação conterá os procedimentos, os conteúdos programáticos, os horários e os locais de realização destas provas, devendo o candidato acompanhar através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes a divulgação do ato.

5.4.8. A critério da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, os candidatos aos cargos de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, Coveiro, Merendeira e Motorista que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados após o critério definido no item 5.4.2 poderão ser convocados no prazo de validade deste concurso para as provas práticas, obedecida a ordem rigorosa de classificação.

5.4.9. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.5. Prova de Aptidão Física

5.5.1. Será aplicada prova de aptidão física aos candidatos aos cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino.

5.5.2. Serão convocados para a prova de aptidão física os candidatos que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados nas proporções abaixo:

- até a 20ª colocação para o cargo de Guarda Municipal - Feminino;

- até a 60ª colocação para o cargo de Guarda Municipal - Masculino;

5.5.3. A prova de aptidão física terá **caráter exclusivamente eliminatório**, excluindo o candidato que não atingir os índices mínimos exigidos no item 5.5.15 do Edital.

5.5.4. A elaboração, aplicação e correção da prova de aptidão física serão de responsabilidade do IBAM, cabendo à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes o fornecimento da infraestrutura, equipamentos e materiais necessários para realização da referida prova.

5.5.5. A convocação dos candidatos para realização da prova de aptidão física, **prevista para os dias 19 e 20 de março de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes.

5.5.6. O Edital de Convocação conterá o horário e o local de realização desta prova, devendo o candidato acompanhar através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes a divulgação do ato.

5.5.7. A prova de aptidão física constitui-se na realização de um conjunto de testes, compostos de exercícios físicos que avaliam valências físicas, permitindo classificar o estado físico no momento da execução dos testes, devendo o candidato cumprir rigorosamente o que lhe é proposto.

5.5.7.1. O candidato que não alcançar o índice mínimo exigido em qualquer um dos testes de acordo com as especificações contidas no item 5.5.15 ou deixar de realizar qualquer etapa, no prazo determinado ou modo previsto neste Edital será considerado inapto e consequentemente eliminado do certame.

5.5.8. Os candidatos deverão portar o **documento original de identidade e atestado médico** de, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência à data da prova de aptidão física e que certifique estar **APTO PARA ESFORÇO FÍSICO**, mais especificamente, realizar testes de corrida, abdominal e flexão de braços.

5.5.9. Nenhum candidato fará a prova de aptidão física sem os originais dos documentos exigidos.

5.5.10. Caberá ao candidato conhecer e executar todos os testes relacionados neste Edital, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento dos aspectos exigidos.

5.5.11. Em caso de mau tempo ou qualquer outro imprevisto que impossibilite a realização da prova, caberá à Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Paty do Alferes marcar nova data e horário, cientificando os candidatos.

5.5.12. A sequência de realização da prova de aptidão física obedecerá a ordem decrescente de classificação, obtida pelos candidatos nas respectivas provas objetivas.

5.5.13. A critério da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, os candidatos aos cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados após os critérios definidos no item 5.5.2 poderão ser convocados no prazo de validade deste concurso para a prova de aptidão física, obedecida a ordem rigorosa de classificação.

5.5.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada desta prova, exceto na situação prevista no item 5.5.11.

5.5.15. A prova de aptidão física constará dos seguintes itens:

a) Resistência muscular de abdômen – Flexão abdominal

Masculino: 28 repetições em até 1 minuto;

Feminino: 18 repetições em até 1 minuto.

A metodologia para a preparação e a execução do teste de flexão abdominal para os candidatos dos sexos masculino e feminino obedecerão aos seguintes critérios:

a) a posição inicial será tomada com o candidato deitado em decúbito dorsal, na posição completamente horizontal de todo o corpo em relação ao solo, com as costas e a cabeça em contato pleno com o solo, joelhos estendidos, os braços atrás da cabeça, cotovelos estendidos e dorso das mãos tocando o solo;

b) após o comando de voz “VAI” do avaliador, o candidato deverá realizar um movimento simultâneo, no qual os joelhos deverão ser flexionados, as plantas dos pés deverão tocar o solo, o quadril deverá ser flexionado (posição sentado) e os cotovelos deverão alcançar ou ultrapassar a linha dos joelhos lateralmente. Em seguida e sem interrupção, o candidato deverá voltar à posição inicial realizando o movimento inverso. Essa sequência completa de movimentos, finalizada com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.

A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

a) o teste terá a duração de um minuto e será iniciado e terminado pelo comando de voz do avaliador;

b) o avaliador irá contar em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o avaliador repetirá o número do último movimento realizado de maneira correta;

c) ao final de cada repetição, o dorso das mãos, estando os cotovelos completamente estendidos e os calcanhares, estando os joelhos completamente estendidos, também devem tocar o solo;

d) só será considerada a execução realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;

e) se ao comando de voz “PÁRA” do avaliador para o encerramento do teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será considerada.

b) Teste de Flexão de Braços

Masculino: 15 repetições em até 1 minuto;

Feminino: 10 repetições em até 1 minuto.

A execução do teste de flexão de braços obedecerá os seguintes critérios:

- *Flexão e extensão dos cotovelos em apoio de frente no solo.*

Posição inicial / Feminino: decúbito ventral perpendicularmente ao solo com os joelhos e mãos apoiados ao solo, mãos na largura dos ombros e cotovelos estendidos.

Posição inicial / Masculino: decúbito ventral perpendicularmente ao solo com os joelhos estendidos e mãos apoiadas ao solo, mãos na largura dos ombros e cotovelos estendidos.

Execução: flexão dos cotovelos até tocar o peito no solo, retornando à posição inicial.

A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

a) o teste terá a duração de um minuto e será iniciado e terminado pelo comando de voz do avaliador;

b) o avaliador irá contar em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o avaliador repetirá o número do último movimento realizado de maneira correta;

c) só será considerada a execução realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;

d) se ao comando de voz “PÁRA” do avaliador para o encerramento do teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será considerada.

c) Resistência aeróbica – Corrida de 2.400 metros

Masculino: máximo de 15 minutos;

Feminino: máximo de 20 minutos.

O teste será realizado em local previamente demarcado, com identificação da metragem ao longo do trajeto. Para a realização do teste de corrida, o candidato poderá deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo inclusive, parar e depois prosseguir.

Durante a realização do teste, o candidato não poderá abandonar a pista antes da liberação do fiscal, dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.), bem como não poderá deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, depois do aviso sonoro (apito) de término do teste, por parte do avaliador, sem a respectiva liberação do mesmo, sob pena de ser considerado inapto e conseqüentemente, eliminado do certame.

Para a execução desta prova serão levadas em consideração as seguintes observações:

a) a distância percorrida pelo candidato, a ser considerada oficialmente, será somente a mensurada pela banca examinadora;

b) o candidato poderá caminhar, parar e se quiser, recomeçar a correr;

c) o candidato não poderá abandonar o local de corrida;

d) os comandos para iniciar e terminar a prova serão dados por um silvo de apito;

e) o cronômetro do examinador da prova controlará o tempo oficial da prova, sendo o único que servirá de referência para o início e término da mesma;

f) ao passar pelo local de início da prova, cada candidato deverá dizer o seu nome ou número em voz alta para o avaliador de banca que estiver marcando o seu percurso e será informado de quantas voltas completou naquele momento;

g) após o apito que indica o término da prova, o candidato deve evitar parar bruscamente a corrida, evitando um mal súbito. A orientação é que o candidato continue a correr ou caminhar no sentido transversal da pista, no ponto em que se encontrava quando soou o apito de término do tempo da prova;

h) ao soar o apito encerrando a prova, o candidato deve permanecer no local onde estava naquele momento e aguardar a presença do fiscal que irá aferir mais precisamente a metragem percorrida.

A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições efetuadas pelos candidatos em cada teste, será feita exclusivamente por componente da banca examinadora.

Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporárias (estados menstruais, gravidez, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas e situações semelhantes) que impossibilitem a realização dos testes ou que diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo dispensado nenhum tratamento privilegiado.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos obedecerá aos critérios a seguir:

a) Para os cargos de Nível Superior e Professor A:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas, sendo adicionada a esse total a nota obtida com títulos.

b) Para os cargos de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, Coveiro, Merendeira e Motorista:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas, sendo adicionada a esse total as notas obtidas nas provas práticas.

c) Para os cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas, observado o caráter eliminatório da prova de aptidão física.

d) Para os demais cargos:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso Público.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Concurso Público, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e entregue para registro no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situado na Rua Dr. Sebastião de Lacerda, nº 35 - Centro, Paty do Alferes/ RJ, no horário de 13h às 17h **ou** enviado por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR para o **Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**, Núcleo de Concursos, situado na Rua Buenos Aires, nº 19 – Centro – Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20070-021, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após a publicação do ato que motivou a reclamação.

No caso específico de pedido de revisão de provas o prazo máximo para recurso será de até 05 (cinco) dias úteis.

b) constem obrigatoriamente do recurso: nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, que estará disponível em doc no site www.ibam-concursos.org.br na **Área Documentação do Concurso**.

d) a fonte utilizada no recurso seja Arial, Times New Roman ou Verdana admitindo-se como tamanho mínimo da fonte 10.

7.2.1. Ao término dos prazos para interposição de recursos, os mesmos serão encaminhados ao IBAM para avaliação.

7.2.2. A tempestividade da apresentação da documentação enviada via postal será comprovada através da sua data de postagem.

7.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do estabelecido no item 7.2.

7.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, fax, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7.5. Será admitida interposição de recurso por intermédio de Procurador, desde que seja apresentado instrumento público ou particular, que lhe confira os poderes específicos necessários, acompanhado de cópias autenticadas dos documentos de identidade do candidato e do Procurador.

7.5.1. No caso de instrumento público, não há necessidade de reconhecimento de firma.

7.5.2. O candidato que utilizar Procurador na fase de recursos assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu Procurador, arcando com as consequências de eventuais erros.

7.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída aos candidatos que não marcaram a alternativa inicialmente dada como certa no gabarito oficial, independentemente de terem recorrido.

7.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br e do Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes.

7.9. Não haverá 2ª (segunda) instância de recurso administrativo.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Processo Seletivo, conforme descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior.

- 1^º) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2^º) maior número de pontos na prova de Legislação do SUS **ou** Legislação Municipal **ou** Aspectos Legais da Política Educacional, de acordo com a estruturação das provas constantes no Anexo II deste Edital;
- 3^º) maior número de pontos na prova de Português;
- 4^º) maior idade.

b) para os cargos de Nível Médio, Curso Técnico de Nível Médio e Formação Docente de Nível Médio.

- 1^º) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2^º) maior número de pontos na prova de Legislação do SUS **ou** Legislação Municipal **ou** Noções de Informática **ou** Aspectos Legais da Política Educacional, de acordo com a estruturação das provas constantes no Anexo II deste Edital;
- 3^º) maior número de pontos na prova de Português;
- 4^º) maior idade.

c) para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto.

- 1^º) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2^º) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paty do Alferes;
- 3^º) maior número de pontos na prova de Português;
- 4^º) maior número de pontos na prova de Matemática;
- 5^º) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, após o qual serão aplicados os critérios estabelecidos no item 8.2.

8.3. Apurada a classificação, esta será publicada como resultado final do Concurso Público, em ordem decrescente dos pontos, em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos aprovados, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

8.3.1. O resultado final do Concurso Público será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br, no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes e posteriormente nos meios de comunicação julgados convenientes pela Comissão de Concurso Público.

8.4. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Concurso Público, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.5. Os gabaritos serão divulgados no primeiro dia útil após a aplicação das provas – **15/02/16**, nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes (www.patydoalferes.rj.gov.br) e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

9.2. A homologação do Concurso Público será feita por ato do Prefeito Municipal de Paty do Alferes, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

9.3. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, por ato do Prefeito de Paty do Alferes.

9.4. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados pela Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, de acordo com a ordem de classificação por cargo, através de Edital de Convocação que será publicado no site www.patydoalferes.rj.gov.br e na Imprensa Oficial do Município. A convocação também será realizada através de telegrama.

9.4.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação do Edital de Convocação através do site da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes (www.patydoalferes.rj.gov.br) e da Imprensa Oficial do Município.

9.4.2. Os candidatos convocados deverão observar o prazo fixado na convocação para apresentação da documentação solicitada, comprovando os requisitos exigidos nos itens 2.1 a 2.9 deste Edital e o Atestado Médico Admissional (original), caso contrário estarão automaticamente excluídos do certame.

9.4.3. Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Título de Eleitor (cópia e original);
- Carteira de Identidade (cópia e original);
- CPF (cópia e original);
- Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
- Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos (cópia e original);
- Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
- Comprovante de residência (cópia e original);
- Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
- 1 foto 3x4 recente;
- Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
- Registro no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
- Atestado Médico Admissional (original);
- Laudo Médico no caso de candidato com deficiência.

9.4.4. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso Público os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram.

9.4.5. Os ônus para realização dos exames médicos serão de responsabilidade do candidato.

9.5. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso Público em qualquer de suas fases.

9.6. Será também excluído do certame, por ato da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, o candidato que:

- a)** faltar a qualquer uma das fases do Concurso Público;
- b)** portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso Público;
- c)** for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- d)** for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- e)** prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- f)** desatender ao disposto nos itens 5.2.9, 5.2.10, 5.2.11, 5.2.14 e 5.2.15;
- g)** não devolver o cartão de respostas ao término da prova, antes de sair da sala;
- h)** deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

9.7. Os candidatos aprovados e que vierem a ingressar nos cargos de **Guarda Municipal – Feminino e Guarda Municipal – Masculino** passarão por **CURSO DE FORMAÇÃO**, de caráter eliminatório, a ser oferecido pela Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, conforme regulamentação a ser expedida.

9.7.1. Será publicado no endereço eletrônico www.patydoalferes.rj.gov.br, no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes e na Imprensa Oficial do Município o Edital de Convocação para os candidatos que participarão do Curso de Formação.

9.8. O presente Concurso Público objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do Regime Estatutário, na forma da Lei Municipal nº 1.519, de 19 de setembro de 2008 e atualizações

9.9. A inscrição do candidato implicará conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas.

9.10. Não poderão inscrever-se pessoas que possuam qualquer vínculo com o IBAM, instituição organizadora deste Concurso, bem como seus ascendentes, descendentes ou colaterais.

9.11. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante sua realização.

9.12. O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto ao IBAM, enquanto estiver participando do Concurso Público e à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, após a homologação do Concurso Público, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização desta informação.

9.13. A Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a)** Endereço não atualizado;
- b)** Endereço de difícil acesso;
- c)** Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d)** Correspondência recebida por terceiros.

9.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.15. A guarda de toda a documentação relativa ao Concurso Público seguirá a legislação específica.

9.16. São partes integrantes e inseparáveis deste Edital os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII que o acompanham.

9.17. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Concurso Público, perante a Prefeitura Municipal, o candidato que não o fizer até o segundo dia útil, após a publicação do mesmo.

9.18. O presente Edital estará disponibilizado no Mural Oficial de Atos da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, bem como nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes (www.patydoalferes.rj.gov.br) e posteriormente na imprensa oficial do Município.

9.19. A publicidade de todos os atos relativos ao Concurso Público será feita através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.patydoalferes.rj.gov.br e do Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes.

Paty do Alferes, 23 de novembro de 2015.

Rachid Elmor
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL SUPERIOR						
001	ADVOGADO	Curso de Nível Superior em Direito, acrescido de habilitação legal para o exercício da profissão.	01	-	20h	R\$ 2.152,04
002	ASSISTENTE SOCIAL	Curso de Nível Superior em Serviço Social e registro no respectivo Conselho de Classe.	06	-	20h	R\$ 2.152,04
003	AUDITOR FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	Curso de Nível Superior em Medicina Veterinária e registro no respectivo Conselho de Classe.	CR	-	30h	R\$ 2.152,04
004	CONTADOR	Curso de Nível Superior em Ciências Contábeis e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	R\$ 2.152,04
005	ENFERMEIRO	Curso de Nível Superior em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	R\$ 2.152,04
006	ENFERMEIRO B	Curso de Nível Superior em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	10	-	40h	R\$ 2.794,84
007	FARMACÊUTICO	Curso de Nível Superior em Farmácia e registro no respectivo Conselho de Classe.	CR	-	30h	R\$ 2.152,04
008	FONOAUDIÓLOGO	Curso de Nível Superior em Fonoaudiologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	R\$ 2.152,04
009	MÉDICO CLÍNICO GERAL	Curso de Nível Superior em Medicina e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 2.152,04
010	MÉDICO CLÍNICO GERAL B	Curso de Nível Superior em Medicina e registro no respectivo Conselho de Classe.	05	-	40h	R\$ 4.304,08

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL SUPERIOR						
011	ODONTÓLOGO	Curso de Nível Superior em Odontologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	R\$ 2.152,04
012	ODONTÓLOGO B	Curso de Nível Superior em Odontologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	04	-	40h	R\$ 4.304,08
013	PROFESSOR B (EDUCAÇÃO ARTÍSTICA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	01	-	20h	R\$ 1.733,07
014	PROFESSOR B (CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	01	-	20h	R\$ 1.733,07
015	PROFESSOR B (EDUCAÇÃO FÍSICA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no respectivo Conselho de Classe.	02	-	20h	R\$ 1.733,07
016	PROFESSOR B (ESPANHOL)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	01	-	20h	R\$ 1.733,07
017	PROFESSOR B (GEOGRAFIA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	02	-	20h	R\$ 1.733,07
018	PROFESSOR B (HISTÓRIA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	03	-	20h	R\$ 1.733,07
019	PROFESSOR B (INGLÊS)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	01	-	20h	R\$ 1.733,07
020	PROFESSOR B (LÍNGUA PORTUGUESA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	04	-	20h	R\$ 1.733,07

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL SUPERIOR						
021	PROFESSOR B (MATEMÁTICA)	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação.	05	-	20h	R\$ 1.733,07
022	PSICÓLOGO	Curso de Nível Superior em Psicologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	06	-	30h	R\$ 2.152,04
NÍVEL MÉDIO/ CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO						
023	AGENTE ADMINISTRATIVO	Curso de Nível Médio Completo.	15	-	30h	R\$ 1.447,00
024	AUXILIAR DE CRECHE	Curso de Nível Médio Completo.	06	-	40h	R\$ 1.076,71
025	BERÇARISTA	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	03	-	40h	R\$ 1.677,47
026	CUIDADOR FEMININO	Curso de Nível Médio Completo.	02	-	40h	R\$ 1.076,71
027	CUIDADOR FEMININO	Curso de Nível Médio Completo.	02	-	12 X 36	R\$ 1.076,71
028	CUIDADOR MASCULINO	Curso de Nível Médio Completo.	02	-	40h	R\$ 1.076,71
029	CUIDADOR MASCULINO	Curso de Nível Médio Completo.	02	-	12 X 36	R\$ 1.076,71
030	EDUCADOR SOCIAL	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	R\$ 1.076,71
031	FACILITADOR DE OFICINAS (ARTESANATO GERAL)	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de formação específica ou reconhecida atuação na área cultural com artesanato.	02	-	40h	R\$ 1.076,71

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL MÉDIO/ CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO						
032	FACILITADOR DE OFICINAS (CORTE E COSTURA)	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de formação específica ou noções básicas de corte e costura, moda e modelagem, preparação, estrutura, dicas e relação entre tecido, agulha, linha e ponto, além de técnicas de designer e estilismo, com sensibilidade para questões sociais.	02	-	40h	R\$ 1.076,71
033	FACILITADOR DE OFICINAS (MÚSICA)	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de formação específica ou reconhecida atuação na área musical.	01	-	40h	R\$ 1.076,71
034	FACILITADOR DE OFICINAS (RECREAÇÃO)	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de reconhecida atuação na área de recreação.	02	-	40h	R\$ 1.076,71
035	FISCAL DE TRIBUTOS	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico em Contabilidade e registro no respectivo Conselho de Classe.	CR	-	30h	R\$ 1.944,65
036	GUARDA MUNICIPAL – FEMININO	Curso de Nível Médio Completo e curso de treinamento específico promovido pela Prefeitura.	CR	-	40h	R\$ 1.447,00
037	GUARDA MUNICIPAL – MASCULINO	Curso de Nível Médio Completo e curso de treinamento específico promovido pela Prefeitura.	CR	-	40h	R\$ 1.447,00
038	PROFESSOR A	Curso Superior de Graduação de Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior, admitida, como formação mínima, a obtida em Magistério de Nível Médio, na modalidade Normal.	40	02	25h	R\$ 1.444,67

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL MÉDIO/ CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO						
039	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	04	-	30h	R\$ 1.677,47
040	TÉCNICO DE ENFERMAGEM B	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	12	-	40h	R\$ 2.236,57
041	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico em Contabilidade e registro no respectivo Conselho de Classe.	03	-	30h	R\$ 1.677,47
042	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso de Instalação e Manutenção de Equipamentos de Informática (microcomputadores, impressoras e periféricos em geral) e de Curso de Instalação e Utilização de <i>Softwares</i> .	01	-	30h	R\$ 1.677,47
043	TOPÓGRAFO	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso Técnico em Topografia, ministrado por instituição de formação profissional reconhecida ou curso profissionalizante e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	R\$ 1.677,47
044	ORIENTADOR SOCIAL	Curso de Nível Médio Completo, com formação em Magistério.	09	-	40h	R\$ 1.327,33

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO						
045	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL)	Nível Fundamental Completo, acrescido de curso para qualificação profissional de Auxiliar em Saúde Bucal ou Atendente de Consultório Dentário, e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	R\$ 1.248,20
046	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL B)	Nível Fundamental Completo, acrescido de curso para qualificação profissional de Auxiliar em Saúde Bucal ou Atendente de Consultório Dentário, e registro no respectivo Conselho de Classe.	03	-	40h	R\$ 1.677,47
047	MOTORISTA	Nível Fundamental completo, acrescido de Carteira de Habilitação para condução de veículos nas categorias D ou E, e no mínimo de 2 anos no exercício comprovado nas atividades descritas por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo ou emprego público.	08	-	40h	R\$ 1.248,20
048	TELEFONISTA	Nível Fundamental Completo, acrescido de no mínimo de 2 anos no exercício comprovado nas atividades descritas por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo ou emprego público.	CR	-	30h	R\$ 1.076,71
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
049	AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	CR	-	40h	R\$ 801,17

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I



CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO- BASE
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
050	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	28	01	40h	R\$ 801,17
051	COVEIRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	CR	-	40h	R\$ 928,78
052	MERENDEIRA	Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	19	01	40h	R\$ 928,78

CR = CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Superior	
Advogado	Prestar assistência em assuntos de natureza jurídica, bem como representar judicial e extrajudicialmente a Prefeitura.
Assistente Social	Planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar estudos e pesquisas, planos, programas e projetos de assistência social à população do Município e aos servidores municipais, identificando, analisando e contribuindo para a solução de problemas de natureza social, bem como para a garantia dos direitos sociais, civis e políticos da população.
Auditor Fiscal de Saúde Pública	Executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene e saúde pública.
Contador	Planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Prefeitura.
Enfermeiro	Planejar, organizar, supervisionar e executar os serviços de enfermagem em postos de saúde, hospitais e unidades assistenciais, bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública.
Enfermeiro B	Planejar, organizar, supervisionar e executar os serviços de enfermagem em postos de saúde, hospitais e unidades assistenciais, bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública.
Farmacêutico	Manipular substâncias para a preparação de medicamentos, bem como a controlar as farmácias das unidades de saúde do Município.
Fonoaudiólogo	Prestar assistência fonoaudiológica à população nas diversas unidades municipais de saúde, para restauração da capacidade de comunicação dos pacientes.
Médico Clínico Geral	Prestar assistência médica em postos de saúde e demais unidades assistenciais da Prefeitura, bem como elaborar, executar e avaliar planos, programas e subprogramas de saúde pública.
Médico Clínico Geral B	Prestar assistência médica em postos de saúde e demais unidades assistenciais da Prefeitura, bem como elaborar, executar e avaliar planos, programas e subprogramas de saúde pública.
Odontólogo	Executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou recuperar a saúde bucal.
Odontólogo B	Executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou recuperar a saúde bucal.
Psicólogo	Aplicar conhecimentos no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínica, educacional e do trabalho.
Magistério	
Professor A	Reger classe de educação infantil, ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos, bem como executar trabalhos relativos à implementação das grades curriculares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Magistério	
Professor B (Ciências Físicas e Biológicas, Educação Artística, Matemática, Espanhol, Geografia, História, Inglês e Língua Portuguesa).	Reger classe, bem como executar trabalhos relativos à implementação das grades curriculares visando o bom desempenho do aluno e o aprimoramento do ensino-aprendizagem de qualidade.
Professor B (Educação Física)	Executar atividades correspondentes à sua respectiva formação de nível superior. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; colaborar com as atividades e articulação do Sistema Municipal de Ensino ou da Escola, envolvendo a família e a comunidade; participar do processo de planejamento das atividades do Sistema Municipal de Ensino ou da Escola relacionados à educação física.
Nível Médio/ Técnico de Nível Médio	
Agente Administrativo	Executar e coordenar tarefas de apoio técnico-administrativo desenvolvendo atividades que requeiram certo grau de autonomia, sob supervisão.
Auxiliar de Creche	Realizar atividades de execução, relacionadas aos trabalhos de atendimento e cuidados com crianças dos 6 meses aos 4 anos e 9 meses de idade, bem como conservação e manutenção do vestuário, brinquedos e utensílios utilizados na Creche Municipal.
Berçarista	Realizar atividades de orientação e execução semi-especializada relacionadas a serviços auxiliares de enfermagem pediátrica.
Cuidador (Feminino e Masculino)	Atender e orientar, crianças e/ou adolescentes que estejam abrigados em instituições da Prefeitura.
Educador Social	Promover o acolhimento da criança e do adolescente em situação de abrigo.
Facilitador de Oficinas - Artesanato Geral	Possibilitar organização e facilitação estruturadas de aprendizagem de atividades sistemáticas no campo da arte do artesanato.
Facilitador de Oficinas - Corte e Costura	Possibilitar organização e facilitação estruturadas de aprendizagem, explorando e desenvolvendo conteúdos programáticos da prática do corte e costura para o mundo do trabalho.
Facilitador de Oficinas - Música	Promover a coordenação de atividades sistemáticas artísticas e culturais no âmbito da música.
Facilitador de Oficinas - Recreação	Promover atividades recreativas diversificadas visando ao entretenimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal.
Fiscal de Tributos	Orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referentes ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.
Guarda Municipal (Feminino e Masculino)	Realizar, sob supervisão, o policiamento de edifícios e logradouros públicos municipais, bem como fiscalizar o cumprimento das leis de trânsito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Médio/ Técnico de Nível Médio	
Técnico de Enfermagem	Orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade, auxiliando Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas.
Técnico de Enfermagem B	Orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade, auxiliando Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas.
Técnico em Contabilidade	Coordenar, orientar, supervisionar e executar a contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura.
Técnico em Informática	Oferecer suporte técnico ao usuário de microcomputadores, auxiliando-o na instalação e na utilização de sistemas operacionais, rede local, aplicativos básicos de automação de escritório, editores de texto, planilhas eletrônicas e <i>softwares</i> de apresentação, além dos equipamentos e periféricos de microinformática.
Topógrafo	Efetuar levantamentos de superfícies, determinando o perfil, localização, dimensões exatas e configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer dados necessários aos trabalhos de construção, de exploração e de elaboração de mapas.
Orientador Social	Promover a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social.
Nível Fundamental Completo	
Atendente de Consultório Dentário (Auxiliar em Saúde Bucal)	Auxiliar o Odontólogo no atendimento a pacientes em consultórios, clínicas, ambulatórios odontológicos ou hospitais que possuam o serviço de odontologia.
Atendente de Consultório Dentário (Auxiliar em Saúde Bucal B)	Auxiliar o Odontólogo no atendimento a pacientes em consultórios, clínicas, ambulatórios odontológicos ou hospitais que possuam o serviço de odontologia.
Nível Fundamental Completo	
Motorista	Dirigir veículos automotores de transporte de passageiros, pequenos ou grandes, ou de transporte de cargas leves ou pesadas.
Telefonista	Operar mesa telefônica, manuseando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, locais, interurbanas e internacionais.
Nível Fundamental Incompleto	
Auxiliar de Obras e Serviços Públicos	Executar, sob supervisão, tarefas braçais simples, que não exijam conhecimentos ou habilidades especiais, tais como varrição de ruas, parques e jardins, limpeza de ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo, capina e roçada de terrenos, transporte de materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, carga e descarga de veículos.
Auxiliar de Serviços Gerais	Executar serviços de limpeza predial, de arrumação e de zeladoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Fundamental Incompleto	
Coveiro	Executar serviços de manutenção, limpeza e fiscalização de cemitérios, bem como os relativos sepultamentos.
Merendeira	Preparar e distribuir refeições para atender ao programa alimentar de estabelecimentos educacionais do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS



Escolaridade: Nível Superior

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Assistente Social; Auditor Fiscal de Saúde Pública; Enfermeiro; Enfermeiro B ; Farmacêutico; Fonoaudiólogo; Médico Clínico Geral; Médico Clínico Geral B ; Odontólogo; Odontólogo B e Psicólogo.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação do SUS	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Advogado e Contador.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação Municipal	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Escolaridade: Magistério

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Professor A; Professor B (Ciências Físicas e Biológicas; Educação Artística; Matemática; Espanhol; Geografia; História; Inglês; Língua Portuguesa; Educação Física).	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Aspectos Legais da Política Educacional	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS



Escolaridade: Nível Médio/ Curso Técnico de Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Técnico de Enfermagem; Técnico de Enfermagem B.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação do SUS	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Agente Administrativo; Auxiliar de Creche; Berçarista; Cuidador (Feminino e Masculino); Educador Social; Facilitador de Oficinas (Artesanato Geral; Corte e Costura; Música; Recreação) e Orientador Social.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Noções de Informática	10	05	50	20
	Português	10	05	50	20

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Fiscal de Tributos; Guarda Municipal (Feminino e Masculino); Técnico em Contabilidade; Técnico em Informática e Topógrafo.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação Municipal	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS



Escolaridade: Nível Fundamental Completo

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Atendente de Consultório Dentário (Auxiliar em Saúde Bucal); Atendente de Consultório Dentário (Auxiliar em Saúde Bucal B); Telefonista e Motorista.	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	100	40
	Matemática	10	05	50	15
	Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paty do Alferes	10	05	50	15
	Português	10	05	50	15

Escolaridade: Nível Fundamental Incompleto

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Auxiliar de Obras e Serviços Públicos; Auxiliar de Serviços Gerais; Coveiro e Merendeira.	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	100	40
	Matemática	10	05	50	15
	Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paty do Alferes	10	05	50	15
	Português	10	05	50	15

➤ NÍVEL SUPERIOR
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES
BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Superior.

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; argumentação; discursos direto e indireto; intertextualidade; elaboração de parágrafos; elementos de coesão e coerência. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; colocação e ordem de palavras na frase. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática.
AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes.
CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.

Legislação do SUS para os cargos de Assistente Social; Auditor Fiscal de Saúde Pública; Enfermeiro; Enfermeiro B; Farmacêutico; Fonoaudiólogo; Médico Clínico Geral; Médico Clínico Geral B; Odontólogo; Odontólogo B e Psicólogo.

1. Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes e regulamentação. Diretrizes do Pacto pela Saúde em 2006 - Consolidação do Sistema Único de Saúde, publicado na Portaria/GM nº 399, de 22 de fevereiro de 2006; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização; Regionalização; Financiamento; Regulação; Participação e Controle Social; Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS; Planejamento e Programação; Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria; Participação e Controle Social; Níveis de atenção à saúde; Promoção de Saúde; Vigilância em Saúde. Constituição Federal de 1988 e suas alterações (Seção II Da Saúde). Lei Federal nº 8.080 de 19/09/90 e Lei Federal nº 8.142 de 28/12/90. 2. Política Nacional de Atenção Básica. 2.1. Fundamentos. 2.2. Das responsabilidades. 2.3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica. 2.4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. 2.5. Do processo de trabalho das Equipes da Saúde da Família. 3. Da avaliação da qualidade do trabalho das equipes de saúde da família.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII ("Da Ordem Social"), Capítulo II ("Da Seguridade Social"), Seção II ("Da Saúde")*. Brasília, DF, Senado, 1988.
BRASIL, Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, DF. 2012. Disponível em: 189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf
BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigilância em Saúde, Anotações*. Brasília, DF. 2014. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/secretaria_vigilancia_anotacoes.pdf
Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, MS, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm
Lei 8080/90. *Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>
Lei 8142/90. *Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e outras providências*. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>
Ministério da Saúde. *O SUS no seu Município. Garantindo saúde para todos. Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília, 2004. p.7-17 e 29-32. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_sus.pdf
BRASIL, Ministério da Saúde. Programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ). Brasília, DF. 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_instrutivo_PMAQ_AB2013.pdf
Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. *Diretrizes Operacionais*. Brasília, M.S. 2006. Disponível em: www.abennacional.org.br/download/pacto_pela_saude_2006.pdf
Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde, CONASS*, 2007. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_conass.pdf
Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. *O SUS de A a Z*. 3ª ed. Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p2.pdf
BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. *ABC do SUS – doutrinas e princípios*. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf

Legislação Municipal para os cargos de Advogado e Contador.

1. Competências e autonomia municipal. Princípios. 2. Os Poderes municipais. Legislativo e Executivo. 3. As atribuições da Câmara Municipal. Composição, estrutura e funcionamento. Processo e técnica legislativa. 4. O Poder Executivo e suas atribuições. A organização da Prefeitura. Órgãos da sua estrutura. 5. Políticas municipais. Política urbana. Política do meio ambiente. Política de saúde. Política cultural e educacional. Política de assistência social. Política econômica. 6. Servidores públicos. Regime jurídico. Direitos e deveres. Provimento dos cargos públicos. Posse e exercício. Processo disciplinar. 7. O Sistema Tributário Municipal. Normas gerais. Administração tributária municipal. 8. A prestação de serviços públicos. Prestação direta e indireta. 9. Atos municipais. Processo administrativo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim Castro. *Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição*. Rio de Janeiro: Forense.

AGUIAR, Joaquim Castro e GONÇALVES, Marcos Flávio R. O município e o processo legislativo. Rio de Janeiro: IBAM. Brasil. Constituição da República de 1988 (atualizada com as Emendas Constitucionais e Emendas de Revisão). CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros. Paty do Alferes. Lei Orgânica Municipal atualizada. Paty do Alferes. Lei de estrutura da Prefeitura Municipal atualizada. Paty do Alferes. Código Tributário Municipal atualizado. Paty do Alferes. Lei do regime jurídico dos servidores atualizada.

Aspectos Legais da Política Educacional para os cargos de Professor B (Ciências Físicas e Biológicas; Educação Artística; Matemática; Espanhol; Geografia; História; Inglês; Língua Portuguesa Educação Física).

1. Filosofia e educação. 2. Educação e sociedade. 3. Tendências pedagógicas na prática escolar. 4. Postura política. 5. Escola como instância mediadora da pedagogia. 6. Filosofia do cotidiano escolar. 7. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. 8. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. 9. Didática: elemento articulador entre pedagogia e prática docente. 10. Escola nova. 11. A lei de Diretrizes e Bases da Educação. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais. 13. Ideologia x Educação. 14. ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. 15. Educação Especial. 16. Inclusão Escolar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.
ARRUDA, Maria Lucia Aranha. - História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil. - 3ª edição - Editora Moderna.SP. 2006. 384 páginas.
BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1996.
_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
CHIRALDELLI, Paulo. "O que é filosofia da educação". 3ª ed. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2002.
DEMO, Pedro – A nova LDB – Rarões e Avanços – São Paulo – Editora Papirus – 17ª edição – 2004 – 111 páginas.
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
HAIDT, Regina Célia Cazaux Haidt. *Curso de Didática Geral*. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001. 327 páginas.
LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 180 páginas.
_____. Cipriano. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. 183 páginas.
LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12ª ed. São Paulo. Editora Nacional, 1980. 292 páginas.
MATUI, Jiron. *Construtivismo – teoria construtiva sócio-histórica aplicada do ensino*. São Paulo: Editora Moderna. 1998. 247 páginas.
MAZZOTTA, Marcos J. S. - Educação especial no Brasil: história e políticas públicas – 6ª edição – São Paulo – Cortez, 2011.
PASSOS, Arlei Ferreira. *Educação Especial. Práticas de aprendizagem, convivência e inclusão*. Centauro Editora. 1ª edição. 136 p. São Paulo, 2009.
SAVIANE, Dermeval. *Escola e democracia*. 34ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. 91 páginas.
SILVA, Aline Maira da – Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.
WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na Educação*. Petrópolis, 1982. 131 páginas.

ASSISTENTE SOCIAL

1. Estado, Política Social e Direitos Sociais: a atual conjuntura de contrarreforma do Estado. 2. A questão social na contemporaneidade: o contexto da globalização e da reestruturação produtiva. 3. Seguridade Social no Brasil: ênfase na gestão, controle social e financiamento das políticas públicas. 4. Serviço social e realidade brasileira: fundamentos históricos, teórico-metodológicos ético-políticos e técnico-operativos. 5. Projeto ético-político do Serviço Social: ética profissional e regulamentação da profissão. 6. Planejamento e trabalho profissional nas políticas públicas: intervenção, investigação, sistematização; avaliação; trabalho social com famílias; práticas educativas e de mobilização social; trabalho em equipe; determinantes sociais no processo saúde-doença e saúde do trabalhador.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, I. "A Política de Seguridade Social no Brasil". In: CFESS e ABEPSS (Orgs). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 (alterada e atualizada).
_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências (alterada e atualizada).
_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (alterada e atualizada).
_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (alterada e atualizada).
_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (alterada e atualizada).
_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (atualizada).
_____. Lei nº 8080, 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8142, 28 de dezembro 1990. Lei Orgânica da Saúde (alterada e atualizada).
_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social sob a forma de Resolução nº 145, de 15/10/2004 e publicada no DOU de 28/10/2004. Brasília: MDS, 2004.
BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências (alterado e atualizado).
CFESS. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf
_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (1). Brasília: CFESS, 2009.
_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (2). Brasília: CFESS, 2010.

- DUARTE, M. J. de O. et. al. (Orgs.). Política de Saúde Hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Cap. 2 e 3. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- MATOS, M. C. de. Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013, p. 39-67 e 93-140.
- MIOTO, R. C. T. "Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais". In: DUARTE, M. J. de O. et. al. (Orgs.). Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- MONNERAT, G. L. et. al. (Orgs.). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- SANTOS, C. M. dos. et. al. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 2ª edição. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.
- SILVA, L. B. et. al. (Orgs.). Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas: Papel Social, 2013, p. 19-64; 85-97; 139-163

AUDITOR FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

1. Etiologia, sintomatologia, epidemiologia e profilaxia das principais zoonoses de interesse em Saúde Pública. Interação entre agente, hospedeiro e ambiente. Zoonoses transmitidas por água e alimentos. 2. Ciência dos alimentos. Aspectos básicos e fundamentais dos alimentos e das matérias primas. Processos tecnológicos e controle de qualidade dos alimentos. 3. Características dos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos alimentos e produtos de origem animal. Inspeção e fiscalização de estabelecimentos onde há fabricação e/ou manipulação de alimentos. 4. Ações fiscais relativas a alimentos. Coleta de amostras de gêneros alimentícios para análise em laboratório. 5. Controle higiênico-sanitário dos abatedouros, estabelecimentos produtores e/ou comercializadores de alimentos. Doenças veiculadas por alimentos e água. 6. Classificação e identificação de micro-organismos veiculados por água e alimentos. Esterilização e desinfecção por meios físicos e químicos. 7. Regulamentos sanitários. Legislação, normas e aspectos legais aplicados ao comércio e indústria de alimentos, águas e demais produtos pertinentes. 8. Sistema Único de Saúde: Definição, princípios e diretrizes. Vigilância Sanitária, conceitos e competências sobre os serviços e produtos com interesse para a saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ACHA, P.N.; SZYFRESS, B. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales. 3. ed. V. I,II,III. Washington: Organización Panamericana de la Salud OPS/Oficina Sanitaria Panamericana, 2001/ 2003.
- BRASIL. Decreto Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969. Institui as Normas Básicas sobre alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, outubro de 1969.
- BRASIL. Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 1999.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990. Institui o Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 20/09/1990.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990. Diário Oficial da União, Brasília, 28/12/1990.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores Industrializadores de Alimentos.

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília, 1997, e demais regulamentos sobre inspeção de produtos de origem animal disponíveis no site: <http://www.agricultura.gov.br/>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 outubro de 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 set. 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003. Aprova Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº. Resolução RDC nº12 de 02 de janeiro de 2001. Aprova os Padrões Microbiológicos Sanitários para Alimentos, e demais regulamentos sobre alimentos disponíveis no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (<http://portal.anvisa.gov.br>).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância epidemiológica, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 816p., Brasília, DF, 2009/2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 de agosto de 1977.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1428/SVS/MS de 26 de novembro de 1993. Aprova: regulamento técnico para inspeção sanitária de alimentos; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 326/SVS/MS, de 30 de julho de 1997. Aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".
- FRANCO, B.D.G. F ; LENDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008.
- GERMANO, P.M.L ; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. São Paulo: Varela, 2009.
- SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em Serviços de Alimentação. 7ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2014.

ENFERMEIRO

1. Enfermagem Fundamental: Administração em enfermagem; Ética em enfermagem; Sistematização da Assistência de Enfermagem. 2. Enfermagem em Saúde Coletiva: Prevenção e Controle das doenças infecto-parasitárias, imunopreveníveis e sexualmente transmissíveis; epidemiologia e imunização.

Saúde do trabalhador em enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: Cuidados de enfermagem ao recém-nato normal e de risco, à mulher, à criança e ao adolescente sadios e portadores de patologias diversas. Parto, puerpério, aborto, agravos por violência sexual. 4. Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso: Cuidados de enfermagem ao indivíduo com distúrbios clínico e cirúrgicos (pré, trans e pós operatório); Manutenção da integridade corporal: feridas e curativos. Enfermagem nos eventos emergenciais e cuidado ao paciente crítico; Ações de enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar; processo de esterilização. 5. Administração de medicamentos: vias, cálculos de dosagem de medicamentos e cuidados gerais 6. Farmacologia: noções gerais farmacológicas: classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa; efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.
- MS, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.
- COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.
- MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.
- MS, Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos -Um guia para o profissional da saúde na atenção básica, Brasília, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 –Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.
- COREN, SP; Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011
- COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13– Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013
- SBIIm, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.
- MS, Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.
- M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..
- MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014
- A.M.M.G. Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ªed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.
- R.M.G. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.
- M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.
- M.S. Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis- DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.
- MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.
- MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília, DF, 2010.
- MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.
- MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

ENFERMEIRO B

1. Enfermagem Fundamental: Administração em enfermagem; Ética em enfermagem; Sistematização da Assistência de Enfermagem. 2. Enfermagem em Saúde Coletiva: Prevenção e Controle das doenças infecto-parasitárias, imunopreveníveis e

sexualmente transmissíveis; epidemiologia e imunização. Saúde do trabalhador em enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: Cuidados de enfermagem ao recém-nato normal e de risco, à mulher, à criança e ao adolescente sadios e portadores de patologias diversas. Parto, puerpério, aborto, agravos por violência sexual. 4. Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso: Cuidados de enfermagem ao indivíduo com distúrbios clínico e cirúrgicos (pré, trans e pós operatório); Manutenção da integridade corporal: feridas e curativos. Enfermagem nos eventos emergenciais e cuidado ao paciente crítico; Ações de enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar; processo de esterilização. 5. Administração de medicamentos: vias, cálculos de dosagem de medicamentos e cuidados gerais 6. Farmacologia: noções gerais farmacológicas: classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa; efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.
- MS, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.
- COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.
- MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.
- MS, Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos -Um guia para o profissional da saúde na atenção básica, Brasília, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 –Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.
- COREN, SP; Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011
- COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13– Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013
- SBIIm, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.
- MS, Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.
- M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..
- MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014
- A.M.M.G. Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ªed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.
- R.M.G. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.
- M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.
- M.S. Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis- DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.
- MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.
- MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília, DF, 2010.
- MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.
- MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

FARMACEUTICO

1. Farmacocinética - Absorção, distribuição e Eliminação das Drogas; Farmacodinâmica Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos

medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas. 2. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: Conceitos Gerais; uso Racional de Medicamentos; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos e utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências. 3. Seleção de Medicamentos: Conceitos Gerais; Farmacoecologia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. Medicamentos Sujeitos a Controle Especial: Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e Dispensação); Portaria 344/98 e suas atualizações; Medicamentos de referência, similares e genéricos. 4. Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica: Manipulação de Fórmulas Magistrais e Oficiais; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização. 5. Controle de Qualidade: Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos Métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos; garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar. 6. Ética Profissional: Legislação Sanitária aplicada à Farmácia Conceitos básicos em Ciências Farmacêuticas. Política de Medicamentos. 7. História da Saúde Pública no Brasil. O SUS. 8. Epidemiologia: Determinações Sociais do Processo Saúde/Doença e Aspectos Epidemiológicos. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções de controle de infecção hospitalar. 9. Licitação e Aquisição de Produtos Farmacêuticos: Administração de Farmácia dispensação, aviamento de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo Médio Mensal, Ponto de Requisição, Estoque Mínimo e Estoque Máximo Curvas ABC/XYZ; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Farmacologia clínica

Fuchs FD, Wannmacher L (eds.). Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

KATZUNG, B.G. Farmacologia Básica e Clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003

Marin, Nelly. (org.) Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Organizado por Nelly Marin et al. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003. 373p. Pode ser acessado online: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Assistencia_Farmacutica_para_Gerentes_Municipais.pdf

COSTA, Karen Sarmento and NASCIMENTO JR., José Miguel do. HÓRUS: inovação tecnológica na assistência farmacêutica no sistema único de saúde. Rev. Saúde Pública [online]. 2012, vol.46, suppl.1, pp. 91-99. Epub Dec 18, 2012. ISSN 0034-910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000063>.

Lei Orgânica da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990 e suas alterações posteriores.

Portaria GM/MS nº 1.555, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria GM/MS nº 1554, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria GM/MS nº 3.429/ 2010, de 17 de novembro de 2010 Dispõe sobre o Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.

Portaria 344/98 - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. (e demais atos relacionados) RDC 44/09. Boas Práticas Farmacêuticas. (e demais atos relacionados).

PORTARIA nº 3.916/MS/GM, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos.

RESOLUÇÃO nº 338, de 06 de maio de 2004 - Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Lei nº 5991 de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

Lei nº 9787 de 10 de fevereiro de 1999 - Lei dos Genéricos. Resolução nº 328 de 22 de julho de 1999 - Boas Práticas de Dispensação.

Ministério da Saúde. Diretrizes para Estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2009. Pode ser acessado online: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretriz_es_para_estruturacao_farmacias_ambito_sus.pdf

Assistência Farmacêutica na Atenção Básica - Ministério da Saúde, 2006. Pode ser acessado online: www.ensp.fiocruz.br/portalensp/judicializacao/pdfs/283.pdf

TEIXEIRA, CF., and SOLLA, JP. Modelo de atenção à saúde: vigilância e saúde da família [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. 237 p. Sala de aula séries, nº3. ISBN 85-232-0400-8

FONOAUDIÓLOGO

1. Aquisição da linguagem infantil - Aspectos clínicos, teóricos e de desenvolvimento. 2. Alterações da linguagem oral e escrita - Fala, voz, audição, fluência e deglutição; Dislexia, Transtornos de aprendizagem da leitura e da escrita e Processamento Auditivo. 3. Estudo Fonético e Fonológico do Português Brasileiro - classificação fonêmica e estruturas envolvidas na produção dos sons. 4. Respiração Oral - uma visão sistêmica e multidisciplinar, inter-relação entre a Fonoaudiologia e Odontologia. 5. Reabilitação dos distúrbios da comunicação oral e escrita - voz, fluência, audição, transtornos da motricidade oral, linguagem oral e escrita.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

FERRAZ, M. J. P. C. Respirador oral - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Lovise, 2005.

GOLDFELD, M. Fundamentos em fonoaudiologia - Linguagem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MEDEIROS. A.M.C; MEDEIROS, M. Motricidade orofacial - inter-relação entre fonoaudiologia e odontologia. São Paulo: Lovise, 2006.

PEREIRA, M. M. B. Análise lingüística da gagueira. São Paulo: AM3 Artes, 2003.

PEREIRA, M. M. B.; BORSEL, J. V.; FERRANTE, F. Análise fonética e fonológica dos transtornos dos sons da fala. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

PINHO, S. M. R.; TSUJI, D. H.; BOHADANA, S. C. Fundamentos em Laringologia e Voz. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

SANTOS, M. T. M.; NAVAS, A. L. G. P. Distúrbios de leitura e escrita. São Paulo: Manole, 2002

MÉDICO CLÍNICO GERAL

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva.

19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ABCDE_diagnostico_hepatites_virais.pdf
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_aspecto_epidemiologicos_diagnostico_tratamento.pdf
<http://www.cievs.saude.salvador.ba.gov.br/Documentos/Noticias/Guia-de-Manejo-Clinico-da-Febre-de-Chikungunya.pdf>
Diretrizes Brasileiras para Pneumonia Adquirida na Comunidade em Adultos Imunocompetentes. 2009. J.Bras. Pneumol. v.35 (6): 574-601, 2009. Disponível em : http://www.jornaldepneumologia.com.br/PDF/2009_35_6_11_po_rtuques.pdf
http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_ERRATA.pdf
http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Emergencia.pdf
<http://www.diabetes.org.br/images/pdf/diretrizes-sbd.pdf>
<http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1340064490Protocolo%20para%20diagn%C3%B3stico%20e%20tratamento%20de%20IST.pdf>
Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.
Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

MÉDICO CLÍNICO GERAL B

1. Saúde da Família: Produção Social da Saúde. 2. O Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS). 3. Princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família (PSF). 4. Implantação do PACS/PSF. 5. Reorganização e Principais responsabilidades da Atenção Básica a serem executadas pelas equipes de PSF. 6. Acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela estratégia Saúde da Família. 7. Trabalho interdisciplinar em Equipe de saúde da família. 8. Indicadores para acompanhamento da atenção básica. 9. Diagnóstico e tratamento das doenças mais prevalentes no atendimento da Atenção Básica. 10. Promoção à saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. 11. Rastreamento e detecção precoce de doenças. 12. Ciclo vital e dinâmica familiar. 13. Imunização. 14. Cuidado domiciliar. 15. Noções de epidemiologia. 16. Epidemiologia aplicada ao PSF.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. *Manual para a Organização da Atenção Básica*. Secretaria de Assistência à Saúde: Brasília, DF. 3ª edição. 1999.
Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/geral/manual_organizacao_ab.pdf
_____. Ministério da Saúde. *A implantação da Unidade de Saúde da Família*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde, Cadernos de Atenção Básica, 2000.
Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_n1_p1.pdf
_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia Prático do Programa Saúde da Família*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/arquivos%5Cguia_psf1.pdf
http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/arquivos%5Cguia_psf2.pdf
_____. Ministério da Saúde. *Cadernos de Atenção Básica*. Brasília, DF: 2006. Volumes: 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.
Disponível em: http://dab.saude.gov.br/caderno_ab.php

DUNCAN, Bruce B. *Medicina Ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1996.

ROUQUAYROL, Maria Z; FILHO, Naomar A.; Introdução à Epidemiologia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.

SOUTH-PAUL, Jeannette; MATHENY, Samuel C.; CURRENT Medicina de Família e Comunidade: diagnóstico e tratamento. 2ª edição. São Paulo: AMGH editora, 2010.

ODONTÓLOGO

1. Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos. 2. Aplicações clínicas dos materiais dentários. 3. Prevenção da doença periodontal. 4. Princípios da exodontia. 5. Fundamentos em Endodontia. 6. Princípios Gerais em prótese dentária. 7. Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes. 8. Cuidados com pacientes portadores de necessidade especiais. 9. Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente. 10. Controle das patologias bucais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
ARTMED, 2001.ANUSAVICE, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa 10.ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
DEAN, J. A.;McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY -Odontopediatria para Crianças e Adolescentes.9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2. 4.ed. [S.l.] :Artes Médicas,2005.
LINDHE, J. et al Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
NEVILLE, B. W.; et al Patologia Oral e Maxilofacial . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
PETERSON, Larry J. e colaboradores. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
SHILLINGBURG, H. T. et al Fundamentos de Prótese Fixa . 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.

ODONTÓLOGO B

1. Políticas públicas de saúde no Brasil: estratégia Programa Saúde da Família (PSF); saúde bucal no PSF. 2. Planejamento e avaliação de programas de Saúde Pública. 3. Educação para a saúde: princípios e métodos. 4. Promoção de saúde e prevenção dos agravos de saúde bucal mais prevalentes. 5. Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos. 6. Aplicações clínicas dos materiais dentários. 7. Prevenção da doença periodontal. 8. Princípios da exodontia. 9. Fundamentos em Endodontia. 10. Princípios Gerais em prótese dentária. 11. Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes. 12. Cuidados com pacientes

portadores de necessidade especiais. **13.** Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente. **14.** Controle das patologias bucais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- ARTMED, 2001. ANUSAVICE, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde - ANVISA. Serviços Odontológicos Prevenção e Controle de Riscos Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: cfo.org.br/publicacoes-principal/publicacoes/servicos-odontologicos-prevencao-e-controle-de-riscos
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY -Odontopediatria para Crianças e Adolescentes.9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2. 4.ed. [S.1.] :Artes Médicas, 2005.
- LINDHE, J. et al Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEVILLE, B. W.; et al Patologia Oral e Maxilofacial . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PEREIRA, A.C. et al. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. 1. ed. São Paulo: Editora Napoleão, 2009.
- PETERSON, Larry J. e colaboradores. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
- PINTO, Vitor Gomes. Saúde Bucal Coletiva. 5ª Ed. São Paulo. Santos. 2008. 629p.
- SHILLINGBURG, H. T. et al Fundamentos de Prótese Fixa . 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.
- Brasil. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília. Ministério da Saúde. s/d. 131p. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/geral/quia_psf.pdf
- _____. Portaria nº 267 de 06 de março de 2001 – Normas e diretrizes de saúde bucal na atenção básica. Brasília. Ministério da Saúde. 2001. Disponível em: http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/prog_pacs_psf/GM_P267_01_prog_pacs_psf.doc
- _____. Cadernos de Atenção Básica. N 17. Brasília. Ministério da Saúde. 2008. 92p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf
- Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2004. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cisb/doc/politica_nacional.pdf
- SB Brasil 2010 – Resultados Principais. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2011. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/CNSB/sbbrasil/arquivos/projeto_sb_2010_relatorio_final.pdf

PSICÓLOGO

1. Psicologia e Educação. 2. Psicologia Organizacional 3. Atenção Psicossocial. 4. Dependência Química 5. Saúde Mental: bases conceituais e políticas públicas. 6. Psicoterapia: conceitos e modelos 7. Avaliação Psicológica. Psicopatologia.

9. Síndromes. 10. Elaboração de Documentos na prática do Psicólogo. 11. Ética Profissional. 12. Ética e Cuidado.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T.M. Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva. v. 16, n. 12, 2011, p. 4665-4674. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/15.pdf>
- BATISTELLI, Fátima Maria Vieira. Atendimento psicanalítico do autismo / Fátima Maria Vieira Batistelli, Maria Lúcia Gomes de Amorin; coordenação Isabel Cristina Gomes. – 1. Ed. – São Paulo : Zagodon, 2014.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caminhos_politica_saude_mental_infanto_juvenil.pdf
- Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. Cartilha avaliação psicológica - 2013 / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Avalia%C3%A7%C3%A3oPsicologicaCartilha-04-11.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Alcool e Outras Drogas/ Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/CREPOP_REFERENCIAS_ALCOOL_E_DROGAS_FINAL_10.01.13.pdf
- Conselho Federal de Psicologia Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia/ Conselho Federal de Psicologia. – Brasília : Conselho Federal de Psicologia, 2009. Disponível em: <http://www.cprj.org.br/publicacoes/livros/educacao-inclusiva.pdf>
- DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2008. Páginas: 61-87; 294-394;
- DELFINI, P. S. S.; REIS, A. O. A. Articulação entre serviços públicos de saúde nos cuidados voltados à saúde mental infanto juvenil. Caderno de Saúde Pública. v 28, n 2, 2012, p. 357-366. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/41756/wos2012-4452_pt.pdf?sequence=1
- FREUD, S. (1905). Três Ensaio sobre as teorias da sexualidade. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1912) A dinâmica da transferência. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1913) Sobre o início do tratamento. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MAIA, Marisa Schargel (org.). Por uma ética do cuidado. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- MANNONI, M. A primeira entrevista em psicanálise. 27. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf
- MOURÃO, Carla. Adolescência, drogas e prevenção / Carla Mourão. –Salto, SP: Editora Schoba, 2011.
- NAGUEL, Marta. Série técnica : manual de psicologia organizacional / Marta Naguel, Regina Denck. - Curitiba :

- Unificado, 2007. Disponível em:
<http://www.portal.crppr.org.br/download/168.pdf>
- PANTOJA, M.J.; CAMÕES, M.R.; BERGUE, S.T. Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.
<http://www.enap.gov.br/documents/586010/603556/Livro.pdf/b295469b-faec-42f2-9544-69b1984e17a8>
- PATTO, Maria Helena Souza. Exercícios de Indignação : escritos de educação e psicologia / Maria Helena Souza Patto. – 2. Ed. – São Paulo : Casa do Psicólogo, 2010.
- RÊGO, M. Toxicomania Movimentos de uma clínica. In: NERY FILHO, A. et al. (org.) Toxicomanias: Incidências clínicas e socioantropológicas. Drogas: Clínica e Cultura. CETAD/UFBA/EUFBA: Salvador, 2009, p. 207-219. Disponível em <http://books.scielo.org/id/qk>
- Resolução CFP nº 007/2003 – Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes da avaliação psicológica. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/resolucao02003-07.pdf>
- SATO, L.; BERNARDO, M. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. In Ciênc. saúde coletiva 10(4):869-878, Oct./Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v10n4/a11v10n4.pdf>
- TOMM, Eduardo e ROSO, Adriane. Adolescentes e crack: pelo caminho das pedras. Fractal, Rev. Psicol. [online]. 2013, vol.25, n.3, p. 675-692. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300016

CONTADOR

1. Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, campo de atuação, princípios de contabilidade. Patrimônio: Conceito, Formação, composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equações e Variações Patrimoniais. Escrituração e Lançamentos Contábeis: métodos e elementos básicos. Receitas, Despesas. Principais aspectos Contábeis das Contas Patrimoniais. Valorização e avaliação dos estoques: sistemas de controle contábil dos estoques, valorização dos estoques, inventário físico e controle. Procedimentos contábeis específicos: disponibilidades, provisão para devedores duvidosos, duplicatas descontadas, provisão para desvalorização dos estoques, ativo imobilizado, depreciação de bens, amortizações, patrimônio líquido, despesas pagas antecipadamente, Investimentos Permanentes – métodos de avaliação, Operações com mercadorias, fatos que modificam compra e vendas de mercadorias. Estrutura e Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - conceitos, objetivos e forma de apresentação. **2. Contabilidade de Custos:** Terminologias utilizadas em Custos: Gastos, Custo, Despesa e Perda. Classificações de Custos e de Despesas. Custos Primários, de Transformação e de Produtos Fabricados. Custeio por Absorção e Variável. Matérias-primas, Mão-de-obra, Custos Indiretos de Fabricação. Departamentalização. Ordem de produção e produção contínua. Margem de Contribuição. Relação Custo-Volume-Lucro. Ponto de Equilíbrio. **3. Administração Financeira e Orçamento:** Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da

Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercício Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal. **4. Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Sistema Contábil, Subsistemas de Contas: Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensado. Variações Patrimoniais. Escrituração dos principais fatos da administração pública: arrecadação das receitas correntes e de capital, arrecadação da receita de dívida ativa, realização das despesas correntes e de capital, restos a pagar, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, incorporação de bens por doações recebidas, reconhecimento da valorização de bens, baixa por cancelamento de dívidas passivas de créditos fiscais inscritos, diminuição de dívidas por baixa da taxa cambial, registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, registro da correção monetária cambial, restituições a pagar; cauções recebidas e devolvidas, fianças recebidas e devolvidas e consignações em folha de pagamento e lançamentos de encerramento do exercício financeiro. Procedimentos contábeis orçamentários (PCO): reconhecimento da receita e da despesa orçamentária, procedimentos contábeis referentes à receita e à despesa orçamentária, Controle da execução da despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimentos de fundos. Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito e estrutura. Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da STN e estrutura atualizada Lei nº 4.320/64): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa: conceitos, estrutura, análise e técnica de elaboração. Bens Públicos: conceito, classificações e inventário.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem Simples e objetiva. São Paulo. Atlas: 2014
- BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades. Atlas: 2010.
- GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14 ed. 2007
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12^a. ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 9 ed. São Paulo. Atlas. 2003
- NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC SP T16
- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) – (Parte I,II,III,IV e V) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
- MANUAL DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
- NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. Contabilidade Básica. 15ª ed. Saraiva, 2012.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica. 8ª ed. Atlas, 2012
- ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo. Atlas. 2011.
- SILVA, Valmir Leôncio. *A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.

Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169).
 Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (com atualizações posteriores).
 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
 Lei Orgânica do Município de Paty do Alferes
 Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
 PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163, de 4 de maio de 2001(e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.
 Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.

ADVOGADO

DIREITO CONSTITUCIONAL. Princípios constitucionais. O princípio federativo. O princípio da separação dos Poderes. Direitos e garantias fundamentais. Autonomia e soberania. Repartição de competências. O Município e a Federação. O conceito de interesse local. A organização do Município. Princípios aplicáveis à Administração Pública. Autonomia municipal: limitações constitucionais.

O Poder Legislativo e sua competência. A Câmara Municipal. As proibições e incompatibilidades aplicáveis aos Vereadores. O processo legislativo. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Os servidores públicos: normas constitucionais. Ordem econômica e ordem social. Intervenção do Estado no domínio econômico. A prestação de serviços públicos e as normas constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO. Agentes públicos. Classificação. Agentes políticos. A Constituição e os servidores públicos. Regime jurídico. Provimento de cargos. Estabilidade. Aposentadoria. Direitos e vantagens. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Pressupostos dos atos. Classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação e anulação. Processo administrativo. Poder de polícia. Conceito. Essência. Fundamentos. Discricionariedade. Limitações administrativas. Servidão. O poder de polícia municipal. Desapropriação. Conceito. Fundamentos. Requisitos. Competência legislativa. Objeto da desapropriação. Desapropriação por utilidade pública, por necessidade pública e por interesse social. Desapropriação por zona. Desapropriação indireta. Imissão de posse. Retrocessão. Indenização. Licitação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contratos administrativos. Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro. Sanções administrativas. Recursos. Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização. Privatização e terceirização. Parcerias. Bens públicos. Conceito. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Controle legislativo, judicial e popular. Lei de Responsabilidade Fiscal.

DIREITO TRIBUTÁRIO. Sistema tributário constitucional. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Repartição das receitas tributárias. Espécies de tributos. Impostos, taxas e contribuições. Características. Fato gerador, base de cálculo, sujeito ativo e sujeito passivo. Alíquotas. Crédito tributário. Constituição. O lançamento e suas modalidades. Obrigações principal e acessória. Direitos e deveres dos contribuintes. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios. Ação fiscalizatória. Processo administrativo tributário. Dívida ativa. Renúncia fiscal. Tributos municipais. Impostos, taxas e contribuições. Características. Sistema tributário municipal. Extrafiscalidade. Função social da propriedade. Progressividade dos impostos.

DIREITO CIVIL. (Lei 10.406/2002): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis (Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-lei 4.657/1942); Parte geral: Pessoa

natural; Pessoa jurídica; Direitos da personalidade; Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares; Domicílio civil; Bens jurídicos: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertencas; Frutos e produtos; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova. Prescrição e decadência. Direito das obrigações; Obrigações: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias; Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Pagamento, Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, Mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal, arras, sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de Contrato: Compra e venda, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação; Locação de coisas; Empréstimo: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Depósitos voluntário e necessário; Mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: transporte de pessoas e de coisas; Seguro: seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Locação imobiliária (Lei 8.245/1991). Responsabilidade civil: responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse; Propriedade: descoberta, usucapião: ordinário, extraordinário, especial (Constituição Federal/1988 e Lei 6.969/1981): rural, urbana e por abandono do lar (Lei 11.977/2009 e Lei 12.424/2011), pela dissolução da união estável (Lei nº 9.278/1996), coletiva (Lei 10.257/2001), indígena (Lei 6.001/1973), registro do título, acessão, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral, voluntário, necessário e edilício; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária: móveis e imóveis (Lei 4.591/1964 e Lei 9.514/1997); Servidões; Usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor; Hipoteca; Anticrese. Direito de Família: Direito pessoal: casamento e relações de parentesco; Direito Patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, usufruto e da administração dos bens de filhos menores, alimentos (Lei 5.478/1968, Lei 8.971/1994.e Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e

Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992); União estável; Tutela e curatela (Estatuto da Criança e do Adolescente). Direito das sucessões: Sucessão em geral: herança, vocação hereditária, herança jacente e petição de herança; Sucessão legítima; Sucessão testamentária; Inventário e partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (Lei 5.869/1973): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço; Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual: capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, multas e substituição das partes; Procuradores: Representação processual, substituição dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio; Intervenção de terceiros; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: critérios, fixação, modificação da competência e declaração de incompetência; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça; Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: contagem e verificação dos prazos e das penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Cartas, citações e intimações; Vícios dos atos processuais; Distribuição e do registro; Valor da causa; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Tutela Antecipada. Processo de conhecimento: Procedimento sumário; Procedimento ordinário: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Respostas do réu; Reconvenção; Ação declaratória incidental; Revelia; Providências preliminares; Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo, julgamento antecipado da lide, audiência preliminar e saneamento do processo; Provas em geral e em espécie; Audiência: Conciliação e instrução e julgamento; Sentença; Coisa julgada; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença. Recursos e Processo nos tribunais: Ordem dos processos nos tribunais; Uniformização de jurisprudência; Declaração de inconstitucionalidade; Conflito de competência; Homologação de sentença estrangeira e de sentença arbitral; Teoria geral dos recursos; Recursos em espécie; Ações autônomas de impugnação, incidentes nos tribunais e sucedâneos recursais; Ação rescisória; Ação anulatória; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Embargos de terceiro; Mandado de segurança; Reclamação; Súmula vinculante; Reexame necessário. Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução, inadimplemento do devedor e título executivo, responsabilidade patrimonial; Execuções em espécie: Execução para a entrega de coisa certa e incerta; Execução das obrigações de fazer e de não fazer; Execução por quantia certa contra devedor solvente; Penhora, avaliação, arrematação, nomeação de bens, depósito, penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais; administração de empresa e de outros estabelecimentos; adjudicação; alienação por iniciativa popular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor, entrega do dinheiro e usufruto de móvel ou imóvel; Execução contra a fazenda pública; Embargos do devedor, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Exceção ou objeção de pré-executividade; Suspensão e da extinção do processo de execução; Execução fiscal (Lei 6.830/1980). Processo cautelar: Teoria geral do processo cautelar; Poder geral de cautela; Procedimento comum cautelar. Procedimentos cautelares nominados e inominados. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária; Consignação

em pagamento, Depósito; Anulação e de substituição de títulos ao portador; Prestação de contas; Procedimentos possessórios; Nunciação de obra nova, Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial urbana, rural, pela dissolução da união estável e por abandono do lar, coletivo e indígena (Constituição Federal/1988, Código Civil/2002, Lei 6.001/1973, Lei 6.969/1981, Lei nº 9.278/1996, Lei 10.257/2001, Lei 11.977/2009, Lei 12.424/2011); Divisão e da demarcação de terras particulares; Inventário, partilha, arrolamento, inventário extrajudicial e requerimento de alvará judicial (Lei 6.858/1980); Embargos de terceiros; Habilitação; Restauração de autos; Busca e apreensão e de depósito de coisa vendida a crédito com reserva de domínio e de coisa gravada com alienação fiduciária em garantia (Decreto-lei 911/1969); Monitorio; Juízo arbitral (Lei 9.307/1996); Procedimentos decorrentes das relações familiares (Constituição Federal/1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 5.478/1968, Lei 6.515/1977, Lei 8.971/1994 e Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992). Outras ações para defesa da propriedade e da posse: ação vindicatória, ação reivindicatória, ação de imissão na posse, ação negatória, ação confessória, ação de dano infecto, ação publiciana, ação declaratória e ação de indenização. Procedimentos decorrentes das locações imobiliárias (Lei 8.245/1991). Juizados especiais cíveis estaduais, federais e Fazendários (Lei 9.099/1995, Lei 10.259/2001 e Lei 12.153/2009); Processo coletivo: ação civil pública e ação popular (Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985 e Lei 8.078/1990), Mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim Castro e GONÇALVES, Marcos Flávio R. Processo legislativo municipal. Rio de Janeiro: IBAM.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Constituição da República de 1988, atualizada.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Controle da constitucionalidade das leis municipais. São Paulo: Ed. RT.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas.

PINASSI, Ayrton. Direito municipalista constitucional. Campinas (SP): Ed. Conan.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Ed.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Ed. RT.

AGUIAR, Joaquim Castro. Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Ed.

CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey.

CASTRO, José Nilo de. Responsabilidade fiscal nos municípios. Belo Horizonte: Del Rey.

DALLARI, Adilson Abreu. Regime constitucional dos servidores públicos. São Paulo: Ed. RT.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.

MASCARENHAS, Paulo. Improbidade administrativa e crime de responsabilidade de prefeito. São Paulo: Ed. de Direito.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Ed. RT.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho et alli. Responsabilidade fiscal. Belo Horizonte: Del Rey.

OLIVEIRA, Fernando Andrade. Limitações administrativas à propriedade privada imobiliária. Rio de Janeiro: Forense.

Paty do Alferes. Lei municipal do regime jurídico dos servidores atualizada.

Paty do Alferes. Lei municipal sobre estrutura administrativa da Prefeitura atualizada.

Paty do Alferes. Lei Orgânica do Município atualizada.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Regime único dos servidores civis. São Paulo: Saraiva.

RIGOLIN, Ivan Barbosa & BOTTINO, Marco Tullio. Manual prático das licitações. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Flavio Martins. Fundos de pensão de servidores públicos. Rio de Janeiro: Renovar.

SILVA, José Afonso da. Manual do vereador. São Paulo: Malheiros Ed.

SOUTO, Marcos Jurueña Villela. Desestatização, privatização, concessões e terceirizações. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro (atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense.

BARBON, Sandra A. Lopez. Do IPTU. Belo Horizonte: Del Rey.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional) e legislação complementar.

Código Tributário do Município de Paty do Alferes (RJ) e legislação complementar.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 - sistema tributário. Rio de Janeiro: Forense.

ICHIHARA, Yoshiaki. Imunidades tributárias. São Paulo: Atlas.

MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. São Paulo: Ed. RT.

MARTINS, Ives Gandra. Sistema tributário na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

Paty do Alferes. Código Tributário Municipal atualizado.

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro e de direito tributário. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar. 1991.

AMARAL NETO, Francisco. Direito civil: Introdução. Rio de Janeiro: Renovar.

CAVALIERE FILHO. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.

NERY, Ana Luíza de Andrade. NERY JR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de direito civil: contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de direito civil: família. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY JÚNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de direito civil: introdução - parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. Manual de direito civil: obrigações. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PENTEADO, Luciano Camargo. Manual de direito civil: coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. Manual de direito civil: sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil*. Rio de Janeiro: Forense.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 3 vols. Rio de Janeiro: Forense.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. SILVA, Márcio Henrique Mendes da. *Manual de procedimentos especiais cíveis de legislação extravagante*. São Paulo: Método.

PROFESSOR B - CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

1. Ar, água e solo: Atmosfera: composição, camadas e relação entre ar e combustão; Propriedades do ar e mecanismos de previsão do tempo; Água: participação na composição da Terra e dos seres vivos, utilidades no cotidiano e seus estados físicos; Tratamento de água e esgoto; Crosta terrestre: principais camadas e rochas; Minérios e jazidas; Solo: origem, composição, tipos, técnicas de uso e manutenção. Erosão. 2. Seres vivos: Características gerais e sistemática dos cinco Reinos e dos três Domínios; Biologia dos Vírus (Adenovírus e Retrovírus); Fisiologia animal comparada: Análise comparativa e evolutiva dos sistemas digestivo, respiratório, circulatório, excretor, reprodutor e nervoso entre animais invertebrados e vertebrados. Fisiologia vegetal: Transportes de seiva bruta e elaborada; Transpiração e mecanismos de abertura e fechamento de estômatos; Hormônios vegetais. 3. Biologia celular: Compostos químicos constituintes das células; Tipos celulares: células procariotas e eucariotas (animais e vegetais); Membrana celular: composição, especializações e transporte através da membrana; Citoplasma: composição e estudo morfofuncional das organelas celulares endomembranas, endossimbiontes e citoplasmáticas; Núcleo celular: composição, divisão celular e síntese de proteínas. 4. Histologia animal e vegetal: Aspectos morfofuncionais dos tecidos animais: epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso. Aspectos morfofuncionais dos tecidos vegetais: meristemas, parênquima, xilema, floema, esclerênquima, colênquima, tecidos de revestimento e secreção. 5. Anatomia e Fisiologia humanas: Aspectos morfofuncionais dos seguintes sistemas: digestivo, respiratório, circulatório, excretor, endócrino, nervoso, reprodutor (inclusive métodos anticoncepcionais), locomotor e órgãos dos sentidos. 6. Genética: As leis de Mendel; Genealogias; Genes letais, codominância e herança intermediária; Sistemas ABO e Rh de sangue: composição, mecanismos de transfusão e genética aplicada. Herança dos cromossomos sexuais; Anomalias genéticas: principais aneuploidias numéricas – síndromes de Down, Turner, Klinefelter, triplo X e duplo Y. 7. Origem da vida e Evolução: Abiogênese X biogênese; Hipótese de Oparin (coacervação); Hipóteses da panspermia cósmica, autotrófica e heterotrófica sobre o primeiro ser vivo; Teorias evolutivas: Lamarckismo, darwinismo e neodarwinismo. 8. Ecologia: Níveis de organização; Habitat e nicho ecológico; Níveis tróficos na comunidade: cadeias e teias alimentares; Fluxo de energia e matéria no ecossistema; Relações ecológicas; Ciclos biogeoquímicos: carbono, oxigênio, nitrogênio e água; Desequilíbrios ambientais: intensificação do efeito estufa, redução da camada de ozônio, poluição por monóxido de carbono, chuvas ácidas, bioacumulação, eutrofização, detergentes, produtos radioativos e lixo (tipos e destinos). 9. Saúde: Conceitos básicos: saúde, doença, epidemias, endemias e pandemias; Imunidade natural e artificial; Antibióticos: mecanismos de ação; Ciclos parasitários e respectivas medidas profiláticas: Víruses: AIDS, dengue, febre amarela, gripe, resfriado, sarampo, caxumba, catapora, rubéola, poliomielite, herpes, raiva ou hidrofobia e hepatite viral; Bacterioses: pneumonia, tuberculose, gonorréia, sífilis, cólera, meningite meningocócica, tétano, leptospirose, coqueluche e hanseníase. Protozooses: amebíase, giardíase, leishmaniose, malária, doença de Chagas e toxoplasmose; Vermínoses: teníase, cisticercose, esquistossomose, ascaridíase, ancilostomose e filariose. 10. Química Geral: Medições e unidades de medidas; Matéria e energia; Substâncias e misturas; Átomo: estrutura, identificação e ligações; Funções químicas; Reações químicas. 11. Física Básica: Mecânica; Energia; Temperatura e calor; Ondas sonoras e ondas luminosas; Instrumentos ópticos; Eletricidade; Magnetismo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Amabis, José Mariano; Martho, Gilberto Rodrigues. *Biologia* – Volumes 1, 2 e 3. 3ª edição / 2010. Ed. Moderna.

- Brockelmann, Rita Helena (editora executiva). *Ciências –Projeto Araribá – Volumes 6, 7, 8 e 9. 3ª edição / 2010. Ed. Moderna.*
- Campbell, Neil. *Biologia – Volume único. 8ª edição / 2010. Ed. Artmed.*
- Canto, Eduardo Leite do. *Ciências Naturais – Aprendendo com o cotidiano – Volumes 6, 7, 8 e 9. 3ª edição / 2009. Ed. Moderna.*
- Ferraro, Nicolau Gilberto; Soares, Paulo Antônio de Toledo; Fogo, Ronaldo. *Física Básica – Volume único. 3ª edição / 2009. Ed. Atual.*
- Lopes, Sônia; Rosso, Sérgio. *Biologia. Volumes 1, 2 e 3. 1ª edição / 2010. Ed. Saraiva.*
- Orians, Gordon H.; Sadava, David; Heller, H. Craig; e outros. *Vida: a ciência da Biologia – Volumes 1, 2 e 3. 8ª edição / 2009. Ed. Artmed.*
- Usberco, João; Salvador, Edgard. *Química – Volume único. 8ª edição / 2010. Ed. Saraiva.*

PROFESSOR B - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de Arte (história, teoria e prática nas escolas brasileiras). 2. A Arte na educação escolar: procedimentos pedagógicos (objetivos, conteúdos, métodos e avaliação). 3. A história da Arte Brasileira e Universal: manifestações artísticas de diferentes épocas, principais características e artistas representantes. 4. As linguagens da Arte: elementos básicos de comunicação e expressão, tecnologia e transformações estéticas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Cristina. *Questões de Arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.*
- FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria F. Rezende. *Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições. 2. ed. ref. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.*
- FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria F. Rezende. *Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2010.*
- GARCEZ, Lucília e Oliveira, Jô. *Explicando a Arte Brasileira. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003.*
- MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. *Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.*
- OLIVEIRA, Jô e GARCEZ, Lucília. *Explicando a Arte. Rio de Janeiro. Ediouro, 2002*
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs): Arte/ Ministério de Educação. Secretaria da Educação Fundamental.- 3.ed.– Brasília: A Secretaria, 2001
- PROENÇA, Graça. *História da Arte. São Paulo: Editora Ática: 2011.*

PROFESSOR B - MATEMÁTICA

1. Números e Operações: Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Múltiplos, divisores e números primos. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e Inversa. Porcentagem. Termo algébrico, Polinômios e suas operações, Frações Algébricas e Cálculos de radicais. Propriedades das operações algébricas. Resoluções de equações, inequações e sistemas de 1º e 2º graus, exponenciais, logarítmicas e suas aplicações. Funções: Afim, Quadrática, Exponencial e Logarítmica. Progressões Aritméticas e Geométricas. Juros Simples e Compostos. Análise Combinatória simples: princípio multiplicativo, permutações, arranjos e combinações. 2. Espaço e Forma: Polígonos convexos: relações angulares e lineares. Circunferência, ângulos na circunferência. Conceito de congruência e semelhança de figuras planas. Relações métricas na circunferência. Relações métricas e trigonométricas num triângulo retângulo. Relações trigonométricas num triângulo

qualquer. Funções Trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Plano Cartesiano. Equação da reta e da circunferência. Relações entre figuras espaciais e suas representações planas. 3. Grandezas e Medidas: Noções de medidas. Comprimento da circunferência. Áreas das principais figuras planas. Áreas e volumes dos principais sólidos geométricos. Sólidos semelhantes e sólidos de revolução. 4. Tratamento de Informações: Variações entre grandezas no sistema de coordenadas cartesianas. Coleta, organização e análise de informações. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Noções básicas de Estatística. Probabilidade.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- IEZZI, Gelson e outros. *Fundamentos da Matemática Elementar. Volumes de 1 a 10. Atual Editora. 5ª edição – 2005.*
- _____. *Matemática. Volume único. Atual Editora. 4ª Edição 2007.*
- LIMA, Elon Lages e outros. *Tema e Problemas Elementares. Sociedade Brasileira de Matemática. 2ª edição – 2005.*
- _____. *Tema e Problemas. Sociedade Brasileira de Matemática. 3ª edição – 2003.*
- _____. *A Matemática do Ensino Médio. Volumes 1 (9ª edição), 2 (6ª edição), 3 (6ª edição) e 4 (1ª edição). Sociedade Brasileira de Matemática. 2001.*
- PAIVA, Manoel Rodrigues. *Matemática. Volumes 1, 2 e 3. Editora Moderna. 1ª edição. 2009.*

PROFESSOR B - ESPANHOL

1. A estrutura básica da língua espanhola (registros linguísticos, organização textual, os conectores; os sintagmas nominais e verbais em língua espanhola). 2. As formas verbais (valores e usos; a irregularidade dos verbos no tempo presente do indicativo; as formas imperativas dos verbos; os tempos do pretérito em espanhol; o uso dos tempos em Futuro; os verbos de “cambio”). 3. Os pronomes complementos e os reflexivos (os pronomes complementos com função de objetos diretos e indiretos; a colocação pronominal: infinitivos, gerúndios, imperativos. 4. O sistema fonológico espanhol (principais realizações e diferenças entre Espanha e Hispano-América, “el voseo”, a formalidade e a informalidade). 5. A voz passiva e a impessoalidade em língua espanhola. 6. Perspectivas discursivas (os estilos direto e indireto em espanhol, os gêneros discursivos). 7. Metodologias e abordagens no ensino de Espanhol (LE): tradicional, direto, audiolingual, sociointeracionista; as abordagens segundo Aquilino Sánchez. 8. O uso das novas tecnologias no ensino de línguas estrangeiras.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIR, Amparo H. *Traducción y traductología: introducción a la traductología. Madrid: Cátedra, 2001.*
- BUCK Institute for Education. *Aprendizagem Baseada em Projetos – guia para professores de Ensino Fundamental e Médio. 2. ed. São Paulo: Artmed.*
- DRAE. *Diccionario de La Real Academia Española. Disponible en: <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae>.*
- FERRO, J.; BERGMANN, J. C. F. *Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira – produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira. Curitiba: IBEPEX.*
- GARCÍA SANTOS, J. F. *Sintaxis del español (Nivel de perfeccionamiento). Salamanca, Santillana.*
- MATTE BON, Francisco. *Gramática comunicativa del español. Nueva Madrid, Edelsa, Nueva edición revisada, tomos 1 e 2.*
- MILANI, Esther Maria. *Gramática de espanhol para brasileiros. São Paulo, 3. ed. Saraiva.*
- MORENO, Concha; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. *Gramática contrastiva del espanhol para brasileiros. Madrid, 1. Ed. SGEL.*

PROFESSOR B - GEOGRAFIA

1. A Geografia, seu objeto de estudo e os conceitos fundamentais - História do pensamento geográfico. O espaço geográfico como produto histórico e social. O espaço geográfico como objeto da Geografia. Os conceitos de território, paisagem, região e lugar. 2. Representação cartográfica – Escalas, Projeções e Convenções. A importância dos mapas. A relação entre Cartografia e poder. 3. O espaço da natureza e a questão ambiental - Os elementos do quadro natural e suas interrelações. O aproveitamento econômico dos recursos naturais. Problemas ambientais. Políticas ambientais e estratégias para o desenvolvimento sustentável. A água enquanto um recurso renovável limitado. Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. 4. A globalização: O processo de globalização, a política neoliberal, seus efeitos e resistências. A inserção do Brasil na economia global. 5. O espaço da produção industrial: O processo de industrialização, os modelos produtivos e as revoluções técnico-científicas. Concentração e dispersão da atividade industrial no mundo e no Brasil. Histórico do processo de industrialização no Brasil e a estrutura industrial. 6. O espaço urbano: Caracterização e diferenciação do espaço urbano e do processo de urbanização no mundo e no Brasil. Relações campo X cidade no mundo atual. Problemas urbanos no mundo e no Brasil. 7. A população mundial e brasileira: Crescimento, estrutura e migrações. A relação entre população e renda. Questões étnicas e conflitos territoriais. 8. A organização do espaço agrário no mundo e no Brasil: Caracterização geral. A estrutura fundiária, os conflitos no campo, a modernização e os problemas do setor agrário no Brasil. O setor agrário e o comércio internacional. 9. O papel dos setores de comércio, transporte e serviços na escala mundial e na escala nacional: Caracterização e particularidades. 10. Os grandes conjuntos socioeconômicos do mundo atual: Os blocos de poder. As questões regionais e os grandes conflitos políticos e econômicos da atualidade. A caracterização dos grandes conjuntos regionais do Brasil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Além dos livros didáticos das editoras Ática, Moderna, Scipione, Saraiva e Moderna, indica-se a seguinte bibliografia:
ANDRADE, Manuel C. *Geografia – ciência e sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
CASTRO, Iná Elias de & outros (org.). *Geografia, Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
HAESBAERT, Rogério (org.) *Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Eduff, 1998.
HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia – pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1983.
SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2005.
SANTOS, Milton. & Silveira, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PROFESSOR B - HISTÓRIA

1. Teoria da História. 1.1. Correntes historiográficas: 1.1.1. Positivismo ou História Tradicional. 1.1.2. Materialismo Histórico e a Escola dos *Annales* – características gerais. 1.2.3. História das mentalidades, História Oral e História do cotidiano. 2. História das Relações Sociais, da Cultura e do Trabalho. 2.1. As relações sociais, a natureza e a terra. 2.1.1. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza em diferentes momentos da História brasileira: a) exploração econômica de recursos naturais pelos colonizadores europeus: agricultura comercial, criação de animais e produção e extração de riquezas naturais; b) usos da terra, diferentes formas de posse e prosperidade da terra; locais de povoamento; natureza

transformada na implantação de serviços e equipamentos urbanos. 2.1.2. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História dos povos americanos: a) natureza e povos da América na visão dos europeus; exploração econômica de recursos naturais pelos colonizadores europeus. b) conquista e resistência na América sob a ótica local: a questão do outro. 2.1.3. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História da África e suas relações: a) relações históricas e sociais nas sociedades tradicionais africanas e as interfaces entre o continente e os movimentos de expansão européia ao longo do tempo, especialmente a colonização do Brasil e da América. 2.1.4. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História de povos do mundo em diferentes tempos: a) povos coletores e caçadores; processo de sedentarização; revolução agrícola neolítica na África e no Oriente; b) crescimento populacional, ocupação de territórios e alteração das paisagens naturais na Europa medieval; paisagens rurais e urbanas; c) o conhecimento, as representações e o imaginário sobre o mar; expansão marítima e comercial européia; exploração e comercialização das riquezas naturais; d) natureza e cidade; interferências na natureza na implantação de infra-estruturas; Revolução Industrial. 2.2. As relações de trabalho. 2.2.1. Relações de trabalho em diferentes momentos da História brasileira: a) escravidão, trabalho e resistência indígena na sociedade colonial; escravidão, lutas, resistências e o processo de emancipação dos escravos africanos e seus descendentes; o trabalhador negro no mercado de trabalho livre; imigração e migrações interna e externa em busca de trabalho; b) sociedade e trabalho através do tempo: grandes proprietários, administradores coloniais, clérigos, agregados e trabalhadores livres; o trabalho de mulheres e crianças na agricultura, na indústria e nos serviços urbanos, nas atividades domésticas etc.; c) organizações de trabalhadores, ligas, sindicatos, organizações patronais e partidos políticos; valores culturais atribuídos às diferentes categorias de trabalhadores e ao trabalho através do tempo. 2.2.2. Relações de trabalho em diferentes momentos da História dos povos americanos: a) os europeus e o trabalho indígena na América colonial; os religiosos e as missões; b) as organizações de trabalhadores, ligas e sindicatos, suas lutas sociais e por melhores condições de trabalho através do tempo. 2.2.3. Relações de trabalho em diferentes momentos da História de povos do mundo: a) escravidão antiga na Europa – Grécia e Roma; b) servos, artesãos e corporações de ofício na Europa; nobreza, clero, camponeses, mercadores e banqueiros na Europa; navegadores e comerciantes coloniais; c) trabalho operário e trabalhadores dos serviços urbanos na Europa; trabalho das mulheres e das crianças na indústria inglesa; d) lutas e organizações camponesas e operárias. 3. História das Representações e das Relações de Poder. 3.1. Nações, povos, lutas, guerras e revoluções. 3.1.1. Processo de constituição do território, da nação e do Estado brasileiro, confrontos, lutas, guerras e revoluções: a) administração política colonial, lutas pela independência política, processo político de independência do Brasil, guerras provinciais; o Estado Monárquico; as lutas políticas na implantação da República, Revolução de 1930; o Estado Brasileiro e o populismo; governos autoritários – o Estado Novo e o regime militar pós-64; o Estado Brasileiro pós-regime militar; b) confrontos entre europeus e populações indígenas no território brasileiro, revoltas e resistências de escravos, revoltas sociais coloniais, lutas pelo fim da escravidão; lutas sociais, rurais e urbanas, lutas operárias, lutas feministas, lutas pela reforma agrária, movimentos populares e estudantis, lutas dos povos indígenas pela preservação de seus territórios, Movimento da Consciência Negra etc. 3.1.2. Processos de constituição dos Estados Nacionais da América, confronto, lutas, guerras e revoluções: a) administração das colônias espanholas; constituição dos Estados Nacionais independentes; ditaduras na América Latina; o Populismo na América Latina, Revolução Mexicana, Revolução Cubana, socialismo e golpe militar no Chile,

militarismo na América Latina; organizações internacionais latino-americanas pela integração política e econômica do continente; b) colônias inglesas na América; processo de constituição do Estado Nacional norte-americano; a marcha para o Oeste; política externa norte-americana para a América Latina (Doutrina Monroe, Pan-americanismo, Aliança para o Progresso e ALCA); intervencionismo norte-americano na América Latina; a atual política externa norte-americana e a luta contra o terrorismo. **3.1.3.** Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, na África e no Oriente: a) cidades-estados gregas, República romana, descentralização política na Idade Média, consolidação do Estado Nacional Moderno; Iluminismo e Revolução Francesa; nacionalismo na Europa dos séculos XIX e XX, expansão imperialista dos Estados europeus, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, organização dos Estados socialistas e comunistas, Guerra Fria, Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, esfacelamento dos Estados socialistas, queda do Muro de Berlim; neonazismo; os processos de globalização; conflitos no Oriente Médio; o fundamentalismo islâmico; o terrorismo; b) descolonização das nações africanas, *apartheid* e África do Sul; guerras entre as nações africanas, povos, culturas e nações africanas hoje; c) culturas tradicionais do mundo árabe, expansão muçulmana, imperialismo no Oriente Médio; conflitos no mundo árabe atual: confrontos entre palestinos e israelenses, revolução iraniana; a intervenção norte-americana no Afeganistão e no Iraque; o fundamentalismo islâmico, o confronto entre o Paquistão e a Índia; d) resistência chinesa ao imperialismo; Revolução Comunista, Revolução Cultural, expansão chinesa atual; e) imperialismo japonês, Japão depois da Segunda Guerra Mundial, Japão hoje. **4.** Cidadania e Cultura. **4.1.** No Brasil – os “homens bons” no período colonial; o poder oligárquico, o coronelismo e o voto na República Velha; as Constituições e as mudanças nos direitos e deveres dos cidadãos, as ditaduras e a supressão de direitos políticos e civis (Estado Novo e governo militar após 1964), experiência liberal democrática de 1945-1964, o conceito de cidadania hoje no Brasil e a percepção da condição de cidadão pela população brasileira, as desigualdades econômicas e sociais, e as aspirações de direitos pela população brasileira hoje. **4.2.** No mundo – a cidadania em Atenas e em Roma; os ideais iluministas e as práticas de cidadania durante a Revolução Francesa; as práticas de cidadania a partir da independência dos Estados Unidos; o socialismo, o anarquismo, o comunismo, a social-democracia, o nazismo e o fascismo na Europa; experiências históricas autoritárias na América Latina; as declarações dos Direitos Universais do Homem e os contextos de suas elaborações. Os direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais; a pobreza, a fome e as desigualdades social e econômica no mundo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, R. JAQUES. DENIZE & OSCAR. *História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2001 (OBS: as edições pela Editora Ao livro técnico são igualmente recomendadas).
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra medo branco – O negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008 (OBS: a edição anterior, da Editora Paz e Terra, é igualmente recomendada).
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993. Col. Primeiros Passos.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- HOBBSAWN, Eric J. *Sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História Moderna através de textos*. Campinas: Contexto, 2001. Col. Textos e Documentos 3.
- _____. *História Contemporânea através de textos*. Campinas: Contexto, 2001. Col. Textos e Documentos 5.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.
- TEIXEIRA, Inês A. de Castro & PRAXEDES, Vanda L. *História Oral e Educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas*. IN VISCARDI, Cláudia & DELGADO, Lucília. *História Oral – Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. p.155-68.
- WELSKOOP, Thomas. Limites e perspectivas da ciência social histórica IN Revista História da Historiografia. Ouro Preto, Edufop, 2011, nº 6, p.14-41. DISPONÍVEL EM: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/view/HH> 6 - acessado em 11/07/2011.

PROFESSOR B - INGLÊS

- 1.** Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa (Metodologias pré-comunicativas; Metodologias humanísticas; Metodologias comunicativas; A conceituação de “competência comunicativa”; O ensino do Inglês Instrumental (ESP) no Brasil: *compreensão leitora*). **2.** Compreensão de textos (Estratégias de leitura: compreensão pontual e global; Gênero textual e tipo de texto; Inferência e dedução; Relação texto-contexto; Mecanismos de coesão e coerência). **3.** Aspectos da léxicogramática (Processos de derivação: *sufixação e prefixação*; O sintagma nominal: *determinativos, classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas e pronomes*; O sintagma verbal: *classes, sistemas de tempo, aspecto e modalidade, concordância verbal, construções ativa e passiva*; O sintagma adverbial: *advérbios e adjuntos adverbiais*; O sintagma preposicional: *preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais*; Coordenação e subordinação). **4.** Perspectivas discursivas (Discurso direto e relatado; Funções comunicativas no texto; O Inglês escrito e o falado inseridos no contexto das novas tecnologias de comunicação).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Artigos atuais retirados de revistas, jornais, periódicos especializados e sites da Internet.

- BROWN, H. *Principles of Language Learning and Teaching*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Regents, 2000.
- CARTER, R. & MCCARTHY, M. *Cambridge Grammar of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COLLINS, W. D. *English Grammar*. London: Collins COBUILD, 2005.
- HARMER, J. *How to Teach English*. London: Longman, 2007.
- HUTCHINSON, T. & WATERS, A. *English for Specific Purposes: A learning-centered approach*. London: Cambridge University Press, 1999.
- LARSEN-FREEMAN, D. *Techniques and Principles in Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LITTLEWOOD, W. *Communicative Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NUTTALL, C. *Teaching Reading Skills in a Foreign Language*. London: Heinemann, 1996.
- RICHARDS, J. & RODGERS, C. *Approaches and Methods in Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SCRIVENER, J. *Learning Teaching*. London: Macmillan, 2005.
- THORNBURY, S. *Beyond the Sentence: Introducing Discourse Analysis*. London: Macmillan, 2005.
- UR, P. *A Course in Language Teaching: Practice and Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PROFESSOR B - LÍNGUA PORTUGUESA

- 1.** Elementos de construção do texto e seu sentido: gêneros do texto (literário e não-literário; narrativo, descritivo e

argumentativo); tipologias textuais; estrutura e organização interna; fatores de coerência textual. **2.** Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. **3.** Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; elementos mórficos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. **4.** Sintaxe: termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual. **5.** Estilística: reconhecimento das diversas figuras de linguagem em um contexto; papel das figuras de linguagem na construção do sentido dos textos. **6.** Ortografia: padrões gerais e reforma ortográfica. **7.** Pontuação: normas gerais de emprego de sinais de pontuação e funções expressivas em textos de fontes diversificadas. **8.** Formas de intertextualidade: apropriação, paráfrase, citação, paródia. **9.** Estratégias de leitura: sentenças e textos (pressuposições explícitas e implícitas); relações entre marcas linguísticas e níveis de significação textual; relações lógico-semânticas; relações discursivas ou pragmáticas. **10.** Conceitos de língua e de gramática.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- _____. *Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERNARDO, Gustavo. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica. Brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, Ingedore. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, Ingedore & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez.

PROFESSOR B - EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Educação Física no contexto da Educação; Educação Física, esporte e sociedade; História da Educação Física no Brasil; Função social da Educação Física; Objetivos gerais da Educação Física; Papel do professor de Educação Física; **2.** Educação Física e lazer; Corporeidade; Aprendizagem motora; Metodologia e didática do ensino de educação física; Organização do conhecimento e abordagem metodológica; Novas perspectivas para a educação física; **3.** Psicomotricidade: conceitos básicos, desenvolvimento psicomotor nas crianças em idade escolar, influências no rendimento escolar; **4.** Fisiologia do exercício; Treinamento desportivo: crescimento na criança e no adolescente, diferenças psicofísicas entre idades, treinamento da criança e do adolescente, princípios científicos do treinamento; **5.** Psicologia da aprendizagem; Psicologia do esporte; Avaliação em Educação Física; Critérios de seleção e organização de conteúdos; **6.** Esportes: Atletismo; Esportes coletivos: futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol; Técnicas e táticas; Regras e penalidades Esportes com bastões; Organização de eventos esportivos. Recreação. Jogos tradicionais, jogos espontâneos e dirigidos; jogos pré-desportivos; jogos cooperativos; Brincadeiras da cultura popular; Lutas: Judo, Capoeira; **7.** Atividades Rítmicas e Expressivas: Danças: danças populares brasileiras; danças populares urbanas; danças modernas, contemporâneas e jazz; danças e coreografias associadas a manifestações culturais. Percepção

corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; preparação e aperfeiçoamento para os esportes; ginástica artística e rítmica; **8.** Esporte e inclusão social; Atividade física e promoção da Saúde; Atividade física na prevenção e controle de doenças; Programas de Saúde na Escola; Educação física e saúde pública; Primeiros socorros no esporte.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ACSM. Manual do ACSM para Avaliação da Aptidão Física Relacionada à Saúde 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006, 192p.
- AMARGO, L.O. de L. *Educação para o Lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BARROS, Cristiano L. M. de; Silva, Ana Flávia A. C. da. O profissional de Educação Física e a promoção da saúde: enfoque dos programas de saúde da família. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd145/o-profissional-de-educacao-fisica-e-a-promocao-da-saude.htm>. Revista Digital - Buenos Aires - nº 145, 2010.
- BOCCALETTO, E. M. A. ET. AL. Estratégias de Promoção da Saúde do Escolar: Atividade Física e Alimentação Saudável. Campinas: Ipes, 2010. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/escolares_completo.pdf
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Decreto nº 6286 de 5 de dezembro de 2007 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm
- CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacany. Dança e educação em movimento. São Paulo: Cortez, 2003.
- CORREIA, M. M. Trabalhando com jogos cooperativos: em busca de novos paradigmas na educação física. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- DANTAS, E.H.M. *Prática da Preparação Física*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Shape, 1995.
- DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (org). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DE MARCO, A. Educação Física: cultura e sociedade. Campinas: Papirus, 2006.
- FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte. São Paulo: Manole, 2002.
- FOX, EDWARD L. Bases fisiológicas da educação física e dos desportos. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.
- FARINATTI, P. T. V; FERREIRA, M. S. Promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- FREIRE, J. B; Alcides, J. S. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2009.
- _____. J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 2009.
- FRIEDMANN, A. *Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo*. São Paulo: Moderna, 1996.
- GALLAHUE, D. Compreendendo o Desenvolvimento Motor. 2ªed. São Paulo: Phorte, 2001.
- GALLARDO, J. S. P. Prática de ensino em educação física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2009.
- GORGATTI, Márcia Greguol. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Ed. Barueri - São Paulo: Editora Manole, 2004.
- GUERRA, M. Recreação e Lazer - Sagra D. C. Luzatto 5 ed Porto Alegre -1996.
- GUTIERREZ, G. L. ET. AL. Políticas Públicas, Qualidade de Vida e Atividade Física. Campinas: Ipes, 2011. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/ppqvaf_completo.pdf
- _____. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Ipes, 2010. Disponível

- m: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/volucao_completo.pdf
- LE BOULCH, J. Educação Psicomotora: A Psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artmed – 1987.
- MCARDLE, W.D.; Katch F.I.; Katch V.I. Fisiologia do exercício – energia, nutrição e desempenho humano. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- POLLOCK ML, Wilmore, JH. Exercício na saúde e na doença. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.
- REGRAS OFICIAIS ATUALIZADAS (2015) de Atletismo, basquete, futsal, handebol e voleibol.
- SCHIL, Patrícia C. de A. Diabetes - Manual de Exercícios Antes, Durante e Após o Programa de Treinamento. São Paulo: Phorte, 2006
- SCHIMIDT, R A; Aprendizagem e Performance Motora. Uma Abordagem da Aprendizagem Baseada na Situação. 4ª Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010
- SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva na Escola: em Busca de uma Escola Plural. Rio de Janeiro: Sprint. 2005.
- TAFFAREL, C.N.Z. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- TEIXEIRA, H.V. *Educação física e desportos*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.
- TUBINO, M.J.G. *Metodologia científica do treinamento desportivo*. 3ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1984.
- VIANA, E. *Esporte e atividade física – bases, organização e administração em função da cultura e da sociologia*. Rio de Janeiro: Guavira, 1987.
- VILARTA, Roberto ET. AL. *Alimentação Saudável e Atividade física para a Qualidade de Vida*. Campinas: IPES, 2007. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/alim_en_saudavel_completo.pdf
- _____. *Atividade Física e Qualidade de Vida na Escola: Conceitos e Aplicações Dirigidos à Graduação em Educação Física*. Campinas: IPES, 2008. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/livro_afqv_completo.pdf
- _____. *Saúde Coletiva e Atividade Física: Conceitos e Aplicações Dirigidos à Graduação em Educação Física*. Campinas: IPES, 2007. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/saud_e_coletiva_completo.pdf
- _____. *A promoção da saúde e a política nacional de saúde: conceitos e aplicações dirigidos ao Programa de Formação Interdisciplinar Superior ProFIS*. Campinas: IPES, 2012. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/deafa/qvaf/li_vropromocaosaudef.pdf
- WEINECK, J. *Manual do treinamento esportivo*. 2ª edição. São Paulo: Manole, 1989.
- WILMORE, Jack H; Costill, David L. *Fisiologia do esporte e do exercício*. 2. ed. Barueri: Manole, 2001. 709 p.

➤ **NÍVEL MÉDIO/ CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO/ FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Médio

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; argumentação; discursos direto e indireto; intertextualidade; elementos de coesão e coerência. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, antítese, ironia. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos.

4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.
- VIANA, Antonio Carlos. *Guia de redação: escreva melhor*. São Paulo: Scipione.

Aspectos Legais da Política Educacional para o cargo de Professor A.

1. Filosofia e educação. 2. Educação e sociedade. 3. Tendências pedagógicas na prática escolar. 4. Postura política. 5. Escola como instância mediadora da pedagogia. 6. Filosofia do cotidiano escolar. 7. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. 8. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. 9. Didática: elemento articulador entre pedagogia e prática docente. 10. Escola nova. 11. A lei de Diretrizes e Bases da Educação. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais. 13. Ideologia x Educação. 14. ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. 15. Educação Especial. 16. Inclusão Escolar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- ARRUDA, Maria Lucia Aranha. - História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil. - 3ª edição – Editora Moderna.SP. 2006. 384 páginas.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1996.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- CHIRALDELLI, Paulo. “O que é filosofia da educação”. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2002.
- DEMO, Pedro – A nova LDB – Rancos e Avanços – São Paulo – Editora Papyrus – 17ª edição – 2004 – 111 páginas.
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux Haidt. *Curso de Didática Geral*. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001. 327 páginas.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 180 páginas.
- _____, Cipriano. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. 183 páginas.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12ª ed. São Paulo. Editora Nacional, 1980. 292 páginas.
- MATUI, Jiron. *Construtivismo – teoria construtiva sócio-histórica aplicada do ensino*. São Paulo: Editora Moderna. 1998. 247 páginas.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. - Educação especial no Brasil: história e políticas públicas – 6ª edição – São Paulo –Cortez, 2011.
- PASSOS, Arlei Ferreira. *Educação Especial. Práticas de aprendizagem, convivência e inclusão*. Centauro Editora. 1ª edição. 136 p. São Paulo, 2009.
- SAVIANE, Dermeval. *Escola e democracia*. 34ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. 91 páginas.
- SILVA, Aline Maira da – Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.
- WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na Educação*. Petrópolis, 1982. 131 páginas.

Legislação do SUS para os cargos de Técnico de Enfermagem e Técnico de Enfermagem B

1. Sistema único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes e regulamentação. Diretrizes do Pacto pela Saúde em 2006 - Consolidação do Sistema Único de Saúde, publicado na Portaria/GM nº 399, de 22 de fevereiro de 2006; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização; Regionalização; Financiamento; Regulação; Participação e Controle Social; Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS; Planejamento e Programação; Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria; Participação e Controle Social; Níveis de atenção à saúde; Promoção de Saúde; Vigilância em Saúde. Constituição Federal de 1988 e suas alterações (Seção II Da Saúde). Lei Federal nº 8.080 de 19/09/90 e Lei Federal nº 8.142 de 28/12/90. 2. Política Nacional de Atenção Básica. 2.1. Fundamentos. 2. 2. Das responsabilidades. 2. 3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica. 2.4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. 2.5. Do processo de trabalho das Equipes da Saúde da Família. 3. Da avaliação da qualidade do trabalho das equipes de saúde da família.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII ("Da Ordem Social"), Capítulo II ("Da Seguridade Social"), Seção II ("Da Saúde")*. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF. 2012.

Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigilância em Saúde, Anotações*. Brasília, DF. 2014.

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/secretaria_vigilancia_annotacoes.pdf

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, MS, 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

Lei 8080/90. *Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>

Lei 8142/90. *Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e outras providências*. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

Ministério da Saúde. *O SUS no seu Município. Garantindo saúde para todos. Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasília, 2004. p.7-17 e 29-32. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_sus.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ). Brasília, DF. 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_instrutivo_PMAQ_AB2013.pdf

Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. *Diretrizes Operacionais*. Brasília, M.S. 2006. Disponível em: www.abennacional.org.br/download/pacto_pela_saude_2006.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde, CONASS*, 2007. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_e_conass.pdf

[e_conass.pdf](#)

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. *O SUS de A a Z*. 3ª ed. Brasília, 2009. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p2.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. *ABC do SUS – doutrinas e princípios*. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf

Noções de Informática para os cargos de Agente Administrativo; Auxiliar de Creche; Berçarista; Cuidador (Feminino e Masculino); Educador Social; Facilitador de Oficinas (Artesanato em Geral; Corte e Costura; Música e Recreação) e Orientador Social.

1. Microinformática. Conceitos. Características. Modalidades de processamento Online, Offline, batch, real time, time sharing. Operação de microcomputadores. Hardware: conceitos, identificação dos componentes e funções, siglas, tipos, características, conexões PS/2, USB e RJ45, equipamentos, mídias. Memória. Equipamentos e dispositivos de armazenamento, de entrada e de saída de dados. Software: conceitos, software básico e aplicativo, sistemas operacionais. Ambientes Windows XP/7/8 BR: conceitos, características, Área de Trabalho, significado e uso das teclas, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos, interface gráfica, formatos de arquivos, utilização de recursos. 2. MSOffice 2010/2013 BR (Word, Excel, Powerpoint) X LibreOffice 4.3 (Writer, Calc, Impress) - conceitos, características, ícones, atalhos de teclado, uso do software e emprego dos recursos. 3. Internet e Web. Conceitos, características, sites de pesquisa, browsers Internet Explorer 11 BR, Firefox Mozilla, Google Chrome. Correio Eletrônico, ou superior. WebMail. Mozilla Thunderbird, MSOffice Outlook 2010/2013 BR. Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Orkut, MySpace, Badoo. 4. Segurança. Conceitos, características, proteção de equipamentos, de sistemas, em redes e na internet. Vírus. Backup.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA, Renato da. *Informática para Concursos*, Ed. Impetus, 2015.

MANZANO, José Augusto N. G. *Guia Prático de Informática*, Érica, 2011. Manuais técnicos e help/ajuda de hardware e software.

VELLOSO, F. C. *Informática – Conceitos Básicos*, Campus, 2011.

Legislação Municipal para os cargos de Fiscal de Tributos; Guarda Municipal (Feminino e Masculino); Técnico em Contabilidade; Técnico em Informática e Topógrafo.

1. Competências e autonomia municipal. 2. A Lei Orgânica Municipal. 3. Os Poderes municipais. Legislativo e Executivo. 4. O Poder Legislativo. Competências e atribuições. Processo legislativo. 5. A organização da Prefeitura. O Poder Executivo. Órgãos da sua estrutura. 6. Competência e atribuições do Poder Executivo. 7. Servidores públicos. Direitos e deveres. 8. Provimento dos cargos públicos. Posse e exercício. 9. Processo disciplinar. 10. Atos municipais. Processo administrativo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Paty do Alferes. Lei Orgânica do Município e suas atualizações. Paty do Alferes. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e atualizações.

Paty do Alferes. Lei de Estrutura da Prefeitura Municipal. Paty do Alferes. Regimento Interno da Prefeitura Municipal.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.
CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey.
AGUIAR, Joaquim Castro. Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense.

PROFESSOR A

1. Teoria de Aprendizagem. 2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 3. Relação Ensino-Aprendizagem. 4. Parâmetros Curriculares Nacionais. 5. Desenvolvimento da criança (cognitivo, afetivo, motor e perceptivo). 6. Avaliação. 7. Planejamento. 8. Prontidão para alfabetização. 9. Prática pedagógica e o processo de construção do conhecimento: Interdisciplinaridade e projetos. 10. Evasão e o fracasso escolar. 11. A questão dos conteúdos e organização curricular. 12. Democratização da Escola Pública. 13. Novas tendências e competências. 14. Projeto Político-Pedagógico. 15. ECA - Estatuto da criança e do adolescente. 16. História da Educação Especial. 17. Atendimento educacional aos portadores de deficiência. 18. Política Nacional de Educação Especial. 19. Políticas Estaduais e municipais de educação dos portadores de deficiência. 20. Dimensões das práticas pedagógicas inclusivas. 21. Educação Especial das primeiras concepções até a atualidade. 22. *Bulling*.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA, Maria da Graça – De Piaget a Emília Ferreiro – 8ª edição – Editora Ática – São Paulo – 2006 – 127 páginas.
BERGAMO, Regiane Banzatto – Educação especial: pesquisa e prática – Curitiba – Ibpex – 2010.
BOCK, Ana Mercês Bahia, Furtado, Odair e Teixeira, Maria de Lourdes Trassi – Psicologia – São Paulo – Editora Saraiva – 2208 – 368 páginas.
BORGES, Teresa Maria Machado – A criança em idade pré-escolar – Ed Ática – 1994 – 199 páginas – Caderno de Atividades – Séries iniciais do Ensino Básico – Rio de Janeiro – SEE – 1992.
CHALITA, Gabriel – Pedagogia da Amizade – Bullying – O sofrimento as vítimas e dos agressores – Editora Gente – 1ª edição – 2008 – 280 páginas.
COLL, Cesar – Construtivismo na sala de aula – 6ª edição – Editora Ática – São Paulo – 1999 – 221 páginas.
COSTA, Sebastião Moreira da – Avaliação escolar: com a palavra os pais e especialistas em educação – São Paulo – All Print Editora – 2007.
DEMO, Pedro – A nova LDB – Rarões e Avanços – São Paulo – Editora Papirus – 17ª edição – 2004 – 111 páginas.
ECA
Eulália, Bassedas, Teresa Huguet, Isabel Sole – Aprender e ensinar na Educação Infantil – Editora Artmed – 1999 – Porto Alegre – 360 páginas – Reimpressa 2009.
GADOTTI, Moacir; José (org) – Autonomia da escola – Princípios e propostas – São Paulo – Cortez – 1997.
GANDIN, Danilo e Cruz, Carlos H. Carrilho – Planejamento na sala de aula – Porto Alegre – Editora La Salle – 4ª edição – 2000 – 112 páginas.
GANDIN, Danilo – Planejamento como prática educativa – Ed Loyola.
HAIDT, Regina Célia Cazaux – Curso de didática geral – Ed Ática – 7ª edição – 2001 – 327 páginas.
HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Porto Alegre – Ed Mediação – 20ª edição – 2003 – 155 páginas.
HOFFMANN, Jussara – Avaliar para promover – Porto Alegre – Editora Mediação – 4ª edição – 2003 – 142 páginas.
HOFFMANN, Jussara, Maria Beatriz G. Da Silva – Ação educativa na creche – 6ª edição – Editora Mediação – 1995 – 64 páginas.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LIBÂNEO, José Carlos – Democratização da Escola Pública – Ed Loyola.

LUCKESI, Cipriano Carlos – Avaliação da aprendizagem Escolar – São Paulo – Cortez – 2002.
MATUI, Jiron – Construtivismo – Teoria Construtivista Sócio – História aplicada ao ensino – São Paulo – Moderna – 1998.
MAZZOTTA, Marcos J. S. - Educação especial no Brasil – história e políticas públicas – 6ª edição – São Paulo – Cortez – 2011.
MEC – Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasília – 1996.
NICOLAU, Marieta Lúcia Machado – A Educação Pré-Escolar – Fundamentos e Didática – São Paulo – Ed Ática – 10ª edição – 2002 – 320 páginas.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro – Interdisciplinaridade Aplicada – São Paulo – Editora Ática – 4ª edição – 2005 – 116 páginas.
PASSOS, Arlei Ferreira – Educação especial: práticas de aprendizagem, consciência e inclusão – São Paulo – Centauro – 2009 – 136 páginas.
PERRENOUD, Philippe – Construir as competências desde a escola – Trad Bruno Charles Magno – Porto Alegre – Artes Médicas Sul – 1999.
PERRENOUD, Philippe – Dez novas competências para ensinar – 1ª edição – Editora Artmed – Porto Alegre – 2000 – 162 páginas.
PERRENOUD, Philippe – Os ciclos da aprendizagem – Porto Alegre – Editora Artmed – 2004 – 229 páginas.
PIAGET, Jean – Linguagem e o pensamento da criança – Editora Martins Fontes – 7ª edição – 1999 – 228 páginas.
SAVIANE, Dermeval – Escola e Democracia – São Paulo – Autores Associados – 2001.
SILVA, Aline Maira da. - Educação especial e inclusão escolar – história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.
VEIGA, Ilma Alencastro Fonseca, Marília – As Dimensões do Projeto Político-pedagógico – São Paulo – Editora Papirus – 2001 – 256 páginas.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Fundamentos de Enfermagem. Semiologia e Semi-técnica: anatomia e fisiologia humanas e suas relações com as práticas de enfermagem; atuação do técnico de enfermagem nos procedimentos de assistência ao paciente/cliente nas diversas fases do ciclo vital; fundamentação teórica das práticas de enfermagem; práticas de comunicação na relação profissional-cliente; registros na assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem ao paciente/cliente no atendimento às necessidades de: segurança, conforto, higiene, alimentação, nutrição, sono, repouso, movimentação, eliminações fisiológicas. Preparo e administração de medicamentos e soluções. Medidas para a prevenção e o controle de infecções. Normas e condutas de biossegurança em enfermagem. 2. Ética e Legislação em Enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde Coletiva. Vigilância epidemiológica: determinantes do processo saúde-doença; indicadores de saúde; doenças imunopreveníveis. Atuação do técnico de enfermagem nos programas especiais de saúde pública: controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Programa Nacional de Imunização. Ações de educação em saúde. 4. Enfermagem na Saúde da Criança. Assistência ambulatorial à saúde da criança nas diferentes fases da vida. Prevenção de agravos fisiológicos e sociais. Ações do auxiliar de enfermagem no acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento da criança, ao recém-nato normal e nas intervenções preventivas e terapêuticas. 5. Enfermagem na Saúde da Mulher: Abordagem Ambulatorial. A saúde ginecológica: medidas de controle e prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino; prevenção e controle de DST / Aids. Condutas de enfermagem na assistência ao pré-natal, parto, puerpério e planejamento familiar. 6. Enfermagem no Centro Cirúrgico. Atuação do auxiliar de enfermagem no pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório; durante os procedimentos cirúrgico-anestésicos;

na organização e limpeza da sala cirúrgica. Identificação dos instrumentais básicos e suas finalidades. Materiais e equipamentos básicos das salas de cirurgia e recuperação pós-anestésica. 7. Centro de Material e Esterilização. Ações do auxiliar de enfermagem no processo de limpeza, seleção, acondicionamento, esterilização e distribuição de materiais; no fluxo do processamento do material esterilizado; no manuseio de equipamentos de preparo e esterilização de materiais; nos métodos de monitorização e acompanhamento do ciclo de esterilização. 8. Enfermagem Médico-Cirúrgica. Ações do auxiliar de enfermagem na assistência aos pacientes com distúrbios do comportamento e dos diversos sistemas orgânicos; nas situações de urgência e emergência: choques, parada cardio-respiratória, crise convulsiva, hemorragias, crise hipertensiva, traumas e edema agudo de pulmão. 9. Cálculo e Administração de medicamentos. Classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa e efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.
- MS, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.
- COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.
- MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.
- MS, Dez passos para uma alimentação saudável - Guia alimentar para crianças menores de dois anos - *Um guia para o profissional da saúde na atenção básica*, Brasília, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 – Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.
- COREN, SP; Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011
- COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13 – Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013
- SBIIm, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.
- MS, Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.
- M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..
- MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014
- A.M.M.G. Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ªed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.
- R.M.G. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.
- M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.
- M.S. Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis- DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.
- MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.
- MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília , DF, 2010.
- MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.
- MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM B

1. Fundamentos de Enfermagem. Semiologia e Semiotécnica: anatomia e fisiologia humanas e suas relações com as práticas de enfermagem; atuação do técnico de enfermagem nos procedimentos de assistência ao paciente/cliente nas diversas fases do ciclo vital; fundamentação teórica das práticas de enfermagem; práticas de comunicação na relação profissional-cliente; registros na assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem ao paciente/cliente no atendimento às necessidades de: segurança, conforto, higiene, alimentação, nutrição, sono, repouso, movimentação, eliminações fisiológicas. Preparo e administração de medicamentos e soluções. Medidas para a prevenção e o controle de infecções. Normas e condutas de biossegurança em enfermagem. 2. Ética e Legislação em Enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde Coletiva. Vigilância epidemiológica: determinantes do processo saúde-doença; indicadores de saúde; doenças imunopreveníveis. Atuação do técnico de enfermagem nos programas especiais de saúde pública: controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Programa Nacional de Imunização. Ações de educação em saúde. 4. Enfermagem na Saúde da Criança. Assistência ambulatorial à saúde da criança nas diferentes fases da vida. Prevenção de agravos fisiológicos e sociais. Ações do auxiliar de enfermagem no acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento da criança, ao recém-nato normal e nas intervenções preventivas e terapêuticas. 5. Enfermagem na Saúde da Mulher: Abordagem Ambulatorial. A saúde ginecológica: medidas de controle e prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino; prevenção e controle de DST / Aids. Condutas de enfermagem na assistência ao pré-natal, parto, puerpério e planejamento familiar. 6. Enfermagem no Centro Cirúrgico. Atuação do auxiliar de enfermagem no pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório; durante os procedimentos cirúrgico-anestésicos; na organização e limpeza da sala cirúrgica. Identificação dos instrumentais básicos e suas finalidades. Materiais e equipamentos básicos das salas de cirurgia e recuperação pós-anestésica. 7. Centro de Material e Esterilização. Ações do auxiliar de enfermagem no processo de limpeza, seleção, acondicionamento, esterilização e distribuição de materiais; no fluxo do processamento do material esterilizado; no manuseio de equipamentos de preparo e esterilização de materiais; nos métodos de monitorização e acompanhamento do ciclo de esterilização. 8. Enfermagem Médico-Cirúrgica. Ações do auxiliar de enfermagem na assistência aos pacientes com distúrbios do comportamento e dos diversos sistemas orgânicos; nas situações de urgência e emergência: choques, parada cardio-respiratória, crise convulsiva, hemorragias, crise hipertensiva, traumas e edema agudo de pulmão. 9. Cálculo e Administração de medicamentos. Classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa e efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.
- MS, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.
- COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.
- MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.
- MS, Dez passos para uma alimentação saudável - Guia alimentar para crianças menores de dois anos - *Um guia para o profissional da saúde na atenção básica*, Brasília, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 – Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.
- COREN, SP; Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011

- COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13 – Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013
- SBlm, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.
- MS.Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.
- M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..
- MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014
- A.M.M.G.Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ªed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.
- R.M.G.Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.
- MS.Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento.Brasília, 2012.
- M.S.Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.
- M.S.Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis- DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.
- MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.
- MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília , DF, 2010.
- MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.
- MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Administração e organização administrativa: 1.2. Estruturas organizacionais: atos constitutivos, organogramas, critérios de departamentalização, tipos de atividades segundo os órgãos da estrutura; níveis hierárquicos. 1.3. Funções de Planejamento, Organização, Direção e Controle. 1.4. Ambiente nas organizações; motivação, mudança e inovação e cultura organizacional. 1.5. Ética e Responsabilidade Social na organização. 1.6. Desafios da Administração Contemporânea.
2. Atos oficiais: 2.1. Fundamentos éticos e legais, classificação e espécies, conceitos e utilização, glossário de termos; conforme o Manual de Redação Oficial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. 3. Protocolo. 3.1. Conceitos e definições sobre atividades de protocolo. 3.2. Processos e procedimentos processuais e legais de atos administrativos, de acordo com o Manual de Gestão de Protocolo do Estado do Rio de Janeiro e seu glossário de termos. 3.3. Conceitos básicos sobre tramitação, recepção, distribuição, expedição, formação e andamento de processos: capa; autuação, instrução, abertura e encerramento de volumes, anexação, juntada, apensação e desapensação, desentranhamento, desmembramento, encerramento, reabertura. 4. Gestão de documentos e arquivos. 4.1. Terminologia e glossário. 4.2. Conceitos sobre gestão de documentos e funções arquivísticas (identificação, classificação e avaliação). 4.3. Plano de classificação de documentos: conceito, organização, métodos, objetivos e aplicação. 4.4. Tabela de temporalidade: objetivos, conceitos básicos sobre eliminação, transferência e recolhimento de documentos e respectivos procedimentos. 4.5. Controle de acesso e grau de sigilo de documentos, conforme sua classificação; prazos de restrição de acesso e sua vigência; competências e critérios para a determinação do grau de sigilo. 4.6. Conservação de documentos - manuseio, acondicionamento e área de guarda.
5. Planejamento e Orçamento Público. 5.1.Ciclo orçamentário: etapas, participação popular e transparência. 5.2. Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. 5.3. Lei de Responsabilidade Fiscal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- MORAES, Anna Maris Pereira. Introdução à Administração. SP: Prentice Hall, 2004.
- Manual de Redação Oficial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Governo do Estado do RJ. Arquivo Público. - 2014. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual_redacao_oficialrj.pdf
- Manual de Gestão de Protocolo. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. RJ: 2013. Partes 2, 3, 4 e Glossário. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20protocolo2.pdf>
- Cartilha de Gestão de Protocolo. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. RJ. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/normas_padronizacao.htm
- Manual de Gestão de Documentos. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. 2012. Partes 2, 3, 4, 5 e Glossário. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20gestao.pdf>
- "O orçamento público a seu alcance". Instituto de Estudos Socioeconômicos – Brasília: INESC, 2006. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/cartilhas-manuais-1/o-orcamento-publico-ao-seu-alcance>

AUXILIAR DE CRECHE

1. Constituição Federal de 1988. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e suas atualizações. 4. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.- Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 – fixa as DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. 5. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil vol 1, 2 e 3. 6. LEI Nº 2181 DE 23 DE JUNHO DE 2015.- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME. 7. Desenvolvimento Psicomotor e recreação. Desenvolvimento físico, cognitivo e social. O lúdico na infância. 8. Alimentação, ambiente, a criança na creche, adaptação à creche. Cuidados Básicos com a higiene.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Legislação Educacional.
- Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- BRASIL DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. Referencial curricular nacional da educação infantil – Vol 1, 2 e 3 . Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATY DOS ALFERES Disponível em <http://patydoalferes.rj.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/2120-web.pdf>
- RIZZO, Gilda. Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

GUIDETTI, M. e TOURETTE, C. Introdução a Psicologia do Desenvolvimento – do Nascimento à Adolescência. Rio de Janeiro, Vozes, 2013. [Brinquedo e brincadeiras. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12451-publicacao-brinquedo-e-brincadeiras-completa-pdf&category_slug=janeiro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12451-publicacao-brinquedo-e-brincadeiras-completa-pdf&category_slug=janeiro-2013-pdf&Itemid=30192)

Crêterios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças disponível em - <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf> Orientações para profissionais da educação infantil. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1053798/DLFE-203708.pdf/ManualdeOrientacoesSMEfinaleducacaoinfantil.pdf>

BERÇARISTA

1. Conhecer as atribuições do berçarista. 2. ECA. 3. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil vol 1, 2 e 3. 4. Currículo na Educação Infantil: Conceito, princípios organizacionais, atividades e conteúdo. 5. LEI Nº 2181 DE 23 DE JUNHO DE 2015 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME. 6. Alimentação, ambiente, a criança na creche, adaptação à creche, metodologia da Educação Infantil. 7. Desenvolvimento físico, cognitivo e social. Estágio pré-operacional. Desenvolvimento da linguagem. Desenvolvimento psicomotor. 8. Psicologia do Desenvolvimento da Criança. 9. O berçário: objetivos, organização, rotina, decoração, espaço físico, agrupamento infantil, segurança, acolhimento e adaptação, o berçário ideal. 10. Noções de alimentação, higiene e hidratação das crianças do berçário. 11. Técnicas básicas de enfermagem no auxílio ao diagnóstico e tratamento: sinais vitais, administração de medicamentos, curativos, primeiros socorros e prevenção de acidentes. 12. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Métodos de esterilização. Biossegurança.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Referencial curricular nacional da educação infantil – Vol 1, 2 e 3 . Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

RIZZO, Gilda. Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATY DOS ALFERES Disponível em <http://patydoalferes.rj.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/2120-web.pdf>

RIZZO, Gilda. Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

GUIDETTI, M. e TOURETTE, C. Introdução a Psicologia do Desenvolvimento – do Nascimento à Adolescência. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13ª edição revista e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/1485054/psicologias-uma-introducao-ao-estudo-de-psicologia---odair-furtado-maria-de-lou>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Referencial curricular nacional da educação infantil – Vol 1, 2 e 3 . Brasília: MEC/SEF, 1998

RIZZO, Gilda. Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento-desenvolvimento.pdf>

Messauandra De Oliveira Silva MANUAL PRÁTICO DE TÉCNICAS DE ENFERMAGEM 2ª ed disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAADSYAH/manual-enfermagem>

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012 Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária

http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7599770043e684468b198f45f4fd4e4/rdc0015_15_03_2012.pdf?MOD=AJPERES

8b198f45f4fd4e4/rdc0015_15_03_2012.pdf?MOD=AJPERES

RES

CUIDADOR (FEMININO E MARCULINO)

1. Conhecer as atribuições do cuidador. 2. Constituição da República Federativa do Brasil. 3. ECA. 4. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência. 5. Noções de Sistema Único da Assistência Social. SUAS. 6. Psicologia do Desenvolvimento da Criança e do adolescente. 7. Atenção à criança e ao adolescente abrigados. 8. Temas relacionados com a prevenção da violência e sua notificação. 9. Temas relacionados com a integração da Pessoa com Deficiência.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência (CONANDA 2001/2005). Disponível em:

http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13ª edição revista e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/1485054/psicologias-uma-introducao-ao-estudo-de-psicologia---odair-furtado-maria-de-lou>

LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011. - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord). *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481

Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf

Política nacional para a integração da pessoa com deficiência e as normas de proteção. Decreto nº 3.298, de 20 de

dezembro de 1999. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

EDUCADOR SOCIAL

1. Noções introdutórias de Direitos Humanos. 2. Democracia, Sistema de Proteção Integral e Controle Social: o Conselho Tutelar e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
3. Direitos Sociais e a Legislação Social brasileira.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Publicações. Textos.* (Blog). São Paulo: IEA; USP. Disponível em: <
<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf> >.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm >.
- _____. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >.
- _____. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.* Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm >.
- _____. *Lei. 10.741, de 1º de outubro de 2003.* Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm >.
- _____. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm >.
- _____. *Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013.* Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm >.
- _____. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >.
- _____. *Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989.* Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm >.
- _____. *Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009.* Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm >.

- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social.* Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.* Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf >.
- ONU. *Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.* Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> >.
- VALENÇA-BARROS, Nívia. (Org.) *Direitos Humanos e Cidadania: textos sobre crianças e adolescentes.* Niterói: PROEX/UFF, 2005. Disponível em: <
<http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/col> >

FACILITADOR DE OFICINAS - ARTESANATO GERAL

1. Conceito de artesanato, Origem e histórico do artesanato no Brasil e no mundo. Artesanato indígena, Arte popular, Folclore.
2. Técnicas específicas de produção artesanal. Materiais utilizados. Tipos de produtos confeccionados e suas finalidades.
3. Identificação da produção artesanal diferente da industrial. A qualidade da produção artesanal. Formas de organização dos artesãos: o individual e o coletivo.
4. Valorização do artesanato brasileiro. identidade regional dos diferentes tipos de artesanato.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Arte, artistas e arteiros/ capítulos III, IV, V e VI. Multirio
www.multirio.rj.gov.br/ebooks/Arte,%20artistas,%20arteiros/arte.pdf
- O que é artesanato - FBES
www.fbes.org.br/biblioteca22/artesano_mod1.pdf
- Base conceitual do artesanato brasileiro
www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf

FACILITADOR DE OFICINAS - CORTE E COSTURA

1. Prova para seleção de Facilitador de Oficinas de Corte e Costura.
2. Ministras aulas teóricas e práticas de modelagem, corte e costura em máquinas retas e overlocke.
3. Orientar no manuseio de máquinas caseiras e na costura manual.
4. Orientar sobre modelagem, enfeito, corte, separação e acabamentos.
5. Dar noções de criatividade instigando a busca de técnicas alternativas.
6. Fundamentar e especificar todas as ferramentas que estimulem o desenvolvimento crescente entre instrutor e alunos.
7. Evolução técnica no desenrolar das aulas.
8. Comunicação integrada em sala de aula.
9. Instigar a cognição e a percepção durante todo o curso.
10. Apresentação de trabalhos inovadores construídos pelos alunos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Duarte, Sonia / Saggese, Sylvia. MIB- Modelagem Industrial Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Guarda-roupa, 7ª. edição, 2014.
- Duarte, Sonia / Saggese, Sylvia. MIB- Modelagem Industrial Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Guarda-roupa, 4ª. edição, 2013.
- Duarte, Sonia. MIB- Modelagem Industrial Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Guarda-roupa, 4ª. edição, 2013.

FACILITADOR DE OFICINAS - MÚSICA

1. A Música nas Oficinas: Musicalização - procedimentos, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação.
2. Comunicação e Cultura: Os elementos básicos da música. O

canto individual e coletivo: tipos de vozes. A História da Música Universal: períodos, instrumentos, compositores. Música Popular Brasileira: principais manifestações musicais (os Festivais, Bossa Nova, Tropicalismo, Jovem Guarda) e suas características, artistas, compositores, gêneros, instrumentos. O Folclore brasileiro: parlendas, cantigas de roda, acalantos, manifestações populares.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BENNETT, Roy. Uma Breve História da Música. Cadernos de Música da Universidade de Cambridge. Jorge Zahar, 1986.
BENNETT, Roy. Elementos Básicos da Música. Cadernos de Música da Universidade de Cambridge. Jorge Zahar, 1998.
CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Ediouro.
Parâmetros Curriculares Nacionais. Arte/ Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Canto_coral
www.dicionariompb.com.br
www.opasso.com.br
museuvillalobos.org.br/

FACILITADOR DE OFICINAS - RECREAÇÃO

1. Recreação: Conceito, métodos, variações e aplicações nas diferentes faixas etárias. Recreação ao ar livre. Jogos de salão. Brinquedo cantado. Colônias de férias. Recreação em praças. Recreação para idosos. Jogos de quadra. Jogos esportivos.
2. Lazer: Conceito, lazer e cultura popular, equipamentos de lazer.
3. Animação cultural: Conceito, características do animador cultural e sua formação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AWAD, Hani. Brinque, jogue, cante e encanto com a recreação. Várzea Paulista, SP, Fontoura, 2012.
BRUHNS, Heloisa Turini (org.). Temas sobre o lazer. Campinas, Autores Associados, 2002.
_____, & GUTIERREZ, Gustavo Luís (orgs.). O corpo e o lúdico. Campinas, Autores Associados, 2000.
CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O que é lazer. São Paulo, Brasiliense, 1989.
CIVITATE, Hector. Jogos de salão: recreação. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo, Perspectiva, 1974.
DUMAZEDIER, Joffre. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo, SESC, 1980.
Marcellino, Néelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas, Papirus, 1987.
_____. Lazer e recreação: repertório de atividades por ambientes : acampamento de férias, brinquedotecas, clubes, colônias de férias, ambientes escolares, festas, meio ambiente, meio aquático, quadras esportivas e comunidades. Campinas, SP: Papirus, 2007.
Mariotti, Fábio. A recreação, o jogo e os jogos. Rio de Janeiro, Shape, 2004.
MELO, Víctor Andrade de, Edmundo de Drummond Alves Junior. Introdução ao lazer. Barueri, Manole, 2003.
SIMAS, Mônica. Brinquedos cantados. São Paulo: Callis, 2011.

ORIENTADOR SOCIAL

1. Noções introdutórias de Direitos Humanos. 2. Democracia, Sistema de Proteção Integral e Controle Social: do Conselho Tutelar e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente 3. Direitos Sociais e a Legislação Social brasileira.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Publicações. Textos. (Blog). São Paulo: IEA; USP. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf> >.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm >.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm >.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm >.

_____. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm >.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm >.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >.

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm >.

_____. Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm >.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf >.

ONU. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> >.

VALENÇA-BARROS, Nívia. (Org.) *Direitos Humanos e Cidadania: textos sobre crianças e adolescentes*. Niterói: PROEX/UFF, 2005. Disponível em: <
<http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/ccl>

FISCAL DE TRIBUTOS

1. Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, campo de atuação, princípios de contabilidade. Patrimônio: Conceito, Formação, composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equações e Variações Patrimoniais. Escrituração e Lançamentos Contábeis: métodos e elementos básicos. Receitas, Despesas. Principais aspectos Contábeis das Contas Patrimoniais. Valorização e avaliação dos estoques: sistemas de controle contábil dos estoques, valorização dos estoques, inventário físico e controle. Procedimentos contábeis específicos: disponibilidades, provisão para devedores duvidosos, duplicatas descontadas, provisão para desvalorização dos estoques, ativo imobilizado, depreciação de bens, amortizações, patrimônio líquido, despesas pagas antecipadamente, Investimentos Permanentes – métodos de avaliação, Operações com mercadorias, fatos que modificam compra e vendas de mercadorias. Estrutura e Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - conceitos, objetivos e forma de apresentação. **2. Administração Financeira e Orçamento:** Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercício Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.
FIECAFI. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades. Atlas: 2010.
CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.
GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14 ed. 2007
KOHAMA, Heilio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. 12^a. ed. São Paulo: Atlas. 2012.
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) – (Parte I,II) – 6^a edição. www.tesouro.gov.br.
MANUAL DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 6^a edição. www.tesouro.gov.br.
NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. *Contabilidade Básica*. 15^a ed. Saraiva, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual de Contabilidade Básica*. 8^a ed. Atlas, 2012
Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169).
LEI nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (com atualizações posteriores).
LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Lei Orgânica do Município de Paty do Alferes.
Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163, de 4 de maio de 2001(e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.
Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.

GUARDA MUNICIPAL (FEMININO E MASCULINO)

1. Administração municipal: **1.1.** Poder de polícia municipal: natureza e áreas de atuação. **1.2.** Guarda Municipal: funções. **1.3.** Patrimônio Municipal: classificação, características e formas de incorporação. **2. Segurança pública:** **2.1.** Órgãos que a integram e suas finalidades, segundo a Constituição Federal. **2.2.** Conceitos básicos sobre segurança pública e privada, defesa social, defesa civil, tipos de atividades. **3. Código Nacional de Trânsito:** **3.1.** Sistema Nacional, órgãos e competências. **3.2.** Sinais de Trânsito, normas gerais de circulação e conduta, pedestres e condutores de veículos não motorizados. **3.3.** Conceitos e definições constantes do Anexo I do CTB. **4. Estatuto da Criança e do Adolescente:** **4.1.** Disposições preliminares, direitos fundamentais. **4.2.** Prevenção, medidas de proteção. **4.3.** Prática de ato infracional, medidas sócio-educativas, Conselho Tutelar. **4.4.** Crimes e infrações Administrativas. **5. Estatuto do Idoso:** **5.1.** Disposições preliminares, direitos fundamentais; medidas de proteção. **5.2.** Infrações administrativas. **5.3.** Crimes. **6. Estatuto da Igualdade Racial:** **6.1.** Conceitos básicos; direitos fundamentais; liberdade de consciência e de crença e livre exercício de cultos religiosos. acesso à moradia, à terra e ao trabalho. **6.2.** Sistema Nacional de Promoção da Igualdade racial: objetivos, organização e competência, acesso à justiça e à segurança. **7. Estatuto da Pessoa com Deficiência -** **7.1.** Definições e conceitos, igualdade e não discriminação; atendimento prioritário; direitos fundamentais; direito ao transporte e à mobilidade. **7.2.** Crimes e infrações administrativas. **7.3.** Vigência da Lei.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil
Lei nº 10741, de 01/10/2003 - Estatuto do Idoso. Títulos I, II e VI
Lei nº 8069, de 13.07.1990 - Estatuto da criança e do adolescente
Lei nº 12.288, de 20.07.2010 - Estatuto da igualdade racial
Lei nº 13146, de 06.07.2015 - estatuto da Pessoa com Deficiência
Manual do Prefeito. IBAM: RJ. 2013
Ministério da Justiça: Conceitos básicos em segurança pública. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/orgaos-de-seguranca-1/conceitos-basicos>
Código de Trânsito Brasileiro e seu Anexo I.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1. Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, campo de atuação, princípios de contabilidade. Patrimônio: Conceito, Formação, composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equações e Variações Patrimoniais. Escrituração e Lançamentos Contábeis: métodos e elementos básicos. Receitas, Despesas. Principais aspectos Contábeis das Contas Patrimoniais. Valorização e avaliação dos estoques: sistemas de controle contábil dos estoques, valorização dos estoques, inventário físico e controle. Procedimentos contábeis

específicos: disponibilidades, provisão para devedores duvidosos, duplicatas descontadas, provisão para desvalorização dos estoques, ativo imobilizado, depreciação de bens, amortizações, patrimônio líquido, despesas pagas antecipadamente, Investimentos Permanentes – métodos de avaliação, Operações com mercadorias, fatos que modificam compra e vendas de mercadorias. Estrutura e Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - conceitos, objetivos e forma de apresentação. **2. Administração Financeira e Orçamento:** Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercício Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal. **3. Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Sistema Contábil, Subistemas de Contas: Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensado. Variações Patrimoniais. Escrituração dos principais fatos da administração pública: arrecadação das receitas correntes e de capital, arrecadação da receita de dívida ativa, realização das despesas correntes e de capital, restos a pagar, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, incorporação de bens por doações recebidas, reconhecimento da valorização de bens, baixa por cancelamento de dívidas passivas de créditos fiscais inscritos, diminuição de dívidas por baixa da taxa cambial, registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, registro da correção monetária cambial, restituições a pagar; cauções recebidas e devolvidas, fianças recebidas e devolvidas e consignações em folha de pagamento e lançamentos de encerramento do exercício financeiro. Procedimentos contábeis orçamentários (PCO): reconhecimento da receita e da despesa orçamentária, procedimentos contábeis referentes à receita e à despesa orçamentária, Controle da execução da despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimentos de fundos. Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito e estrutura. Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da STN e estrutura atualizada Lei nº 4.320/64): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa: conceitos, estrutura, análise e técnica de elaboração. Bens Públicos: conceito, classificações e inventário.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem Simples e objetiva. São Paulo. Atlas: 2014
 BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades. Atlas: 2010.
 GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14 ed. 2007
 KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12^a. ed. São Paulo: Atlas. 2012.
 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC SP T16
 MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) – (Parte I,II,III,IV e V) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
 MANUAL DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
 NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. Contabilidade Básica. 15ª ed. Saraiva, 2012.
 PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica. 8ª ed. Atlas, 2012
 ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo. Atlas. 2011.
 SILVA, Valmir Leôncio. *A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.
 Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169).
 LEI nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (com atualizações posteriores).
 LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
 Lei Orgânica do Município de Paty do Alferes
 Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
 PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163, de 4 de maio de 2001(e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.
 Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1. Microinformática. Conceitos. Características. Modalidades de processamento (online, offline, batch, real time, time sharing). Hardware: conceitos, identificação dos componentes e funções, siglas, tipos, características, conexões e conectores, equipamentos, mídias. Memória. Placa mãe. CPU X Microprocessadores. Equipamentos e Dispositivos de armazenamento, ópticos, de entrada, de entrada/saída e de saída de dados. Montagem e manutenção de computadores. Software: conceitos, software básico e aplicativo, sistemas operacionais. Conceitos sobre a operação de microcomputadores. Ambientes Windows XP/7/8/10 BR – Área de Trabalho, significado e uso das teclas, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos - Interface Gráfica – Windows Explorer/Computador, formatos, emprego de recursos. Ambientes Linux – Conceitos, UBUNTU, comandos, área de trabalho, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos - Interface Gráfica – Nautilus, KDE, GNOME, emprego de recursos. Windows Server 2008/2012. Conceitos, características, componentes, emprego dos recursos. Instalação, operação, administração e gerenciamento. 2. MSOffice 2010/2013 BR (Word, Excel, Powerpoint Access) X LibreOffice 4.3 (Writer, Calc, Impress, Base) - conceitos, características, ícones, atalhos de teclado, uso do software e emprego dos recursos. 3. Redes de Computadores. Conceitos, características, comunicação de dados, sinais analógico e serial, transmissão serial x paralela, half-duplex X full-duplex, meios de transmissão, conectores, topologias, protocolos, tecnologias, padrões Fast Ethernet X Gigabit Ethernet X 10 Gigabit Ethernet X ATM, modelo OSI/ISO, Arquitetura TCP/IP, redes cabeadas e wireless, máscaras de rede. Gerenciamento e manutenção de rede. 4. Programação. Conceitos básicos, programação estruturada e orientada a objetos, características, estruturas de dados, procedimentos, funções, passagem de parâmetros, construção de algoritmos. Linguagens de

programação e Ambientes de Desenvolvimento. Pascal, C, C++, C#, Java, JavaScript, W3C, HTML, XHTML, XML, CSS, ASP, PHP. Construção de portais/sites. 5. Sistemas de Informação e Banco de Dados. Conceitos, noções de sistemas de informação, características, ciclo de vida de sistemas, metodologias, modelo relacional, modelagem, UML, SQL, interação com a web. 6. Web. Conceitos, características, acesso, navegação, busca, pesquisa, Internet X Intranet X Extranet, browsers Internet Explorer 9 BR ou superior, Firefox Mozilla, Google Chrome. Correio Eletrônico. WebMail. Mozilla Thunderbird, MSOffice Outlook 2010/2013 BR. Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Orkut, MySpace, Badoo. 7. Segurança. Conceitos, características, segurança de equipamentos, de sistemas de informação, em redes e na internet. Vírus. Backup. Firewall. VPN. Procedimentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luís Gustavo. CSS – Guia de Consulta Rápida, Novatec, 2009.
BALTZAN, Paige & PHILLIPS, Amy. Sistemas de Informação, Bookman, 2012.
BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML- Um Guia Prático para Modelagem de Sistemas, Campus, 2006.
COSTA, Renato da. Informática para Concursos, Ed. Impetus, 2015.
DAMAS, Luis. SQL – Structured Query Language, LTC, 2007.
FLANAGAN, David. JavaScript O Guia definitivo, Bookman, 2012.
FORBELLONE, A. L. V. & EBERSPACHER, H. F. Lógica de Programação: a Construção de Algoritmos e Estruturas de Dados, Makron Books, 2005.
FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores, McGraw Hill, 2008.
LYRA, Maurício Rocha. Segurança e Auditoria em Sistemas de Informação, Ciência Moderna, 2008.
MANZANO, José Augusto N. G. Guia Prático de Informática, Érica, 2011.
Manuais técnicos e help/ajuda de hardware e software. NAKAMURA, Emilio Tissato & GEUS, Paulo Licio de. Segurança de Redes em Ambientes Corporativos, Novatec, 2007.
PALMA, Luciano & PRATES, Rubens. TCP/IP – Guia de Consulta Rápida, Novatec, 2009.
RUMBAUGH, James & BLAHA, Michael. Modelagem e Projetos Baseados em Objetos com UML2, Campus, 2006.
SOMMERVILLE, S. Engenharia de Software, Person Education do Brasil, 2007.
TANENBAUM & WETHERALL. Redes de Computadores, Pearson, 2011.

TOPOGRAFIA

1. Introdução a Topografia, Classificação, Métodos de trabalho no campo e segurança no trabalho. 2. Equipamentos Topográficos Medidas Lineares, Medidas Angulares. 3. Orientações e Alinhamentos. Modelos de representação da Terra; Norte Magnético, norte verdadeiro; Azimute, rumo e alinhamento. 4. Planimetria, Altimetria Planimetria; Altimetria; Plani-altimetria. 5. Sistema de Posicionamento Global (GPS) Sistema de Posicionamento Global; Equipamentos e precisão; 6. Volumetria – Terraplanagem Cálculo dos Volumes de Corte e/ou aterros; Compactação, Empolamento, Caixas de empréstimo e bota-fora. 7. Levantamento Topográfico e Georeferenciamento ABNT NBR 13133 – Execução de Levantamento Topográfico; Planejamento do Levantamento Topográfico; Execução de Levantamento Topográfico; Norma Técnica para Georeferenciamento de Imóveis Rurais – INCRA. 8. Desenho Topográfico Normas Técnicas de Desenho aplicadas ao desenho topográfico. Desenho técnico topográfico dos levantamentos com o uso de ferramenta computacional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, ALBERTO DE CAMPOS. Topografia: Aplicada à engenharia civil., São Paulo, SP :E. Blücher, v.1, 13ª. Ed., rev. e ampl 2006,
VEIGA, L.A. K; ZANETTI, M.A.Z; FAGGION, P.L. FUNDAMENTOS DE TOPOGRAFIA. Apostila do curso de Engenharia Cartográfica da Universidade Federal do Paraná – UFPR – 2007. Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo1/apostila_topo.pdf
BRANDALIZE, M.C.B. Apostila do curso de Topografia para engenharia civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC-PR. disponível em: www.topografia.com.br/download.asp
Laboratório de Ensino em Topografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em www.topografia.ufsc.br
NORMAS DA ABNT RELACIONADAS À TOPOGRAFIA

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Fundamental Completo.

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos (verbais e não verbais); características de textos descritivos, narrativos e dissertativos. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos do verbo; linguagem figurada. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação e subordinação; concordâncias verbal e nominal. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual.
CUNHA, Celso e CINTRA; Luís Felipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. Para gostar de escrever. São Paulo: Ática.
VIANA, Antonio Carlos. Guia de redação: escreva melhor. São Paulo: Scipione.

Matemática para todos os cargos de Nível Fundamental Completo.

1. Conjuntos. 2. Sistema de Numeração: Classes. Números ordinais. 3. Números Reais: Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 4. Múltiplos e Divisores: Mínimo Múltiplo Comum. Divisores. Regras de divisibilidade por 2, 3 e 5. Divisibilidade por 10, 100, 1000. Máximo Divisor Comum. Decomposição em fatores primos. 5. Números Fracionários: Frações equivalentes. Simplificação de frações. Redução ao Menor Denominador Comum. Operações de soma, subtração, multiplicação e divisão. 6. Números Decimais: Representação e leitura. Operações. 7. Números e grandezas proporcionais. Razão e proporção. Divisão proporcional. 8. Regra de três simples e composta, Porcentagem: Operações para uso no dia-a-dia. Acréscimos e descontos percentuais. 9. Sistema Monetário Brasileiro. 10. Sistema de Medidas: Unidades de comprimento, superfície, capacidade, volume, tempo e massa. Múltiplos e sub-múltiplos. Operações para uso no dia-a-dia. 11. Fatoração e Produtos Notáveis. 12. Equações e sistemas de equações do 1º grau. Resolução de problemas.

13. Equações do 2º grau. 14. Geometria Plana: Ângulos. Perímetros e áreas: triângulos, quadriláteros, circunferência e círculo. Relações métricas no triângulo retângulo. 15. Gráficos de barras, colunas e setores. Análise e interpretação básicas

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Regina Azenha. *Matemática – Pode Contar Comigo* – Novo. São Paulo: FTD, 2011. 4V.
DANTE, Luiz Roberto. *Tudo é Matemática*. 3ª edição. Editora Ática. 2008.
IEZZI, Gelson & Outros. *Matemática e Realidade*. 6º ao 9º ano. 8ª edição. Atual editora. 2013.
IMENES, Luiz Márcio & Outro. *Matemática*. 6º ao 9º ano. 1ª edição. Editora Moderna. 2011.
MORI, Iracema & Outro. *Matemática Ideias e Desafios*. 6º ao 9º ano. 16ª edição. Editora Saraiva. 2012

Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paty do Alferes para todos os cargos de Nível Fundamental Completo.

1. Município de Paty do Alferes: Dados históricos, origem, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos econômicos e físico-geográficos, população. 2. Personalidades do Município; pontos históricos, culturais e turísticos: Aldeia de Arcozelo, Caminho do Imperador e Igreja Matriz.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município. Disponível em:
<http://patydoalferes.rj.gov.br/historia/fundacao-de-paty-do-alferes/>
<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330385&search=rio-de-janeiro|paty-do-alferes|infograficos-historico>
<http://www.agenciario.com/municipios/fichaMun.asp?codMunic=52#>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Paty_do_Alferes

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL)

1. Educação para a saúde bucal: higiene bucal – métodos e técnicas; promoção de saúde e prevenção contra a cárie dental. 2. Controle de infecção na prática odontológica: noções de microbiologia, cuidados com os recursos humanos e materiais. 3. Técnicas de instrumentação e aspiração; organização do instrumental. 4. Materiais dentários: organização, manipulação e cuidados. 5. Revelação e montagem de radiografias intra-orais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Controle de Infecção e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS: manual de condutas. Brasília. Ministério da Saúde. 2000.118p. Disponível em:
http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.p df
LOBAS, Cristiane F. Saes e outros. TSB e ASB: Odontologia de Qualidade. 2ª Ed. São Paulo. Santos. 2010. 438p
http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/09/manual_biosseguranca.pdf
Resolução DC 306 de 07/12/2004. Dispõe sobre o Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.htm
Técnico de Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário – Perfil de competências profissionais. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Departamento de Gestão da Educação na Saúde,

2004. Disponível em: http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_cons_dent_final.pdf

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO B (AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL B)

1. A saúde bucal na atenção básica; estratégia Programa Saúde da Família (PSF); saúde bucal no PSF. 2. Educação para a saúde bucal: higiene bucal – métodos e técnicas; promoção de saúde e prevenção contra a cárie dental. 3. Controle de infecção na prática odontológica: noções de microbiologia, cuidados com os recursos humanos e materiais. 4. Técnicas de instrumentação e aspiração; organização do instrumental. 5. Materiais dentários: organização, manipulação e cuidados. 6. Revelação e montagem de radiografias intra-orais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Controle de Infecção e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS: manual de condutas. Brasília. Ministério da Saúde. 2000.118p. Disponível em:
http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.p df
_____. Cadernos de Atenção Básica. N 17. Brasília. Ministério da Saúde. 2008. 92p. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf
Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2004 . Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf
_____. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília. Ministério da Saúde. s/d. 131p. Disponível em:
http://dab.saude.gov.br/docs/geral/guia_psf.pdf
COURA, Maria L. Pizzolo. Odontologia para a Família: uma abordagem educativa e preventiva. Belo Horizonte. 2001.128p.
LOBAS, Cristiane F. Saes e outros. TSB e ASB: Odontologia de Qualidade. 2ª Ed. São Paulo. Santos. 2010. 438p
http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/09/manual_biosseguranca.pdf
Resolução DC 306 de 07/12/2004. Dispõe sobre o Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.htm
Técnico de Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário – Perfil de competências profissionais. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Departamento de Gestão da Educação na Saúde, 2004. Disponível em: http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_cons_dent_final.pdf

TELEFONISTA

1. Aspectos e princípios gerais da Administração Pública do Município de Paty do Alferes segundo sua Lei Orgânica: poderes do Município e respectivos membros; auxiliares diretos do Prefeito; procedimentos para o Prefeito e Vice Prefeito se ausentarem do Município; administração direta, indireta e fundacional; publicidade dos atos municipais e fornecimento de certidões aos interessados pela administração municipal. 2. Atos administrativos: elementos, classificação e conceitos básicos sobre apostila, ata, atestado, alvará, aviso, carta, certidão, circular, declaração, decreto, despacho, edital, exposição de motivos, memorando, mensagem, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, regimento, regulamento, resolução. 3. Atendimento ao público: 3.1. Qualidade, modalidades e princípios, atendimento e tratamento; clientes. 3.2. Atendimento telefônico e presencial: procedimentos, regras, indicadores e requisitos. 3.3. Comunicação: processo,

elementos, ruídos e barreiras. **3.4.** Organização do ambiente de trabalho. **3.5.** Ética, atitudes e competências técnicas e comportamentais no trabalho. **4.** Telefone e telefonia: **4.1.** Informação, conceito, processamento. **4.2.** Histórico das telecomunicações, cenário atual, tendências. **4.3.** Centrais privadas de telefonia, modalidades, características e vantagens. **4.4.** Sistemas Telefônicos e novas Tecnologias sistemas digitais, vantagens e características. **4.5.** Telefonia pela Internet, telefonia móvel celular. **4.6.** Orientações básicas para os serviços de telefonia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Lei Orgânica do Município de Paty do Alferes

Texto "Atos administrativos – Conceitos, Elementos e Classificação". Disponível no site do IBAM.

Texto "Atendimento ao Cliente". Disponível no site do IBAM.

OTA, Paulo. Manual da Telefonista. Disponível em <http://www.reocities.com/pauloota/telefonista.html>

PINHEIRO, José Mauricio Santos "A indústria de Telecomunicações". Disponível em http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_industria_t_elecomunicacoes.php

— "Centrais privadas de Telefonia". Disponível em http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_centrais_privadas_de_telefonia.php

— "Telefonia IP x Voz Sobre IP". Disponível em http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_telefoniaip_x_voip.php

— "Telefonia pela Internet". Disponível em http://www.projetoederedes.com.br/artigos/artigo_telefonia_pela_internet.php

MOTORISTA

1. Legislação brasileira de trânsito. **2.** Conhecimentos sobre funcionamento, pequenos reparos e manutenção preventiva dos seguintes sistemas e componentes de veículos automotores: motores veiculares de combustão interna ciclos Otto (álcool e gasolina) e diesel e sistemas de suspensão, freios, direção, transmissão e elétrico. **3.** Conceitos, métodos e técnicas de prevenção de acidentes de trânsito e direção defensiva.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. Amaury. Manutenção de Automóveis.

CHOLLET, H. Motor e seus Acessórios. São Paulo, Hemus (Curso Prático e Profissional para Mecânico de Automóveis)

CHOLLET, H. Veículos e seus Acessórios. São Paulo, Hemus, (Curso Prático e Profissional para Mecânico de Automóveis)

Código Brasileiro de Trânsito.

PAZ, M. Arias. Manual do Automóvel.

Pugliesi, M. Manual Completo do Automóvel.

SENAI. RJ. GEP. DIEAD. Direção Defensiva. Unidade de Estudo. Rio de Janeiro. 2000.

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS**

Português para todos os cargos de Nível Fundamental Incompleto

1. Compreensão de pequenos textos verbais e não verbais, tais como bilhetes, avisos, anúncios, histórias em quadrinhos, reportagens e narrativas. **2.** Significado e emprego de palavras. **3.** Regras gerais de concordância de nomes e de verbos. **4.** Ortografia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Gláucia de Britto; GREMBECKI, Maria; GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Projeto Descobrir - Língua Portuguesa* (1º e 2º anos). São Paulo: Atual.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português Linguagens* (1º a 5º ano). São Paulo: Atual.

SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento* (volumes 1 a 4). São Paulo: Moderna.

Matemática para todos os cargos de Nível Fundamental Incompleto

1. Conjuntos. **2.** Sistema de Numeração: classes; números ordinais. **3.** Números Naturais e Reais: operações; números pares e ímpares; representação e leitura. **4.** Múltiplos e Divisores: mínimo múltiplo comum; divisores; regras de divisibilidade por 2, 3 e 5; divisibilidade por 10, 100 e 1000; máximo divisor comum; decomposição em fatores primos. **5.** Números Fracionários: frações equivalentes; simplificação de frações; redução ao menor denominador comum; operações de soma, subtração, multiplicação e divisão. **6.** Números Decimais: representação e leitura; operações. **7.** Regra de três simples - *Porcentagem*: operações para uso no dia a dia; acréscimos e descontos percentuais. **8.** Sistema Monetário Brasileiro. **9.** Sistema de Medidas: unidades de comprimento, superfície, capacidade, volume, tempo e massa; múltiplos e submúltiplos; operações para uso no dia a dia. **10.** Geometria Plana: Ângulos. Perímetros e áreas: triângulos, quadriláteros

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Regina Azenha. *Matemática - Pode Contar Comigo - Novo*. São Paulo: FTD, 2011. 4V.

PADOVAN, Daniela; GUERRA, Isabel Cristina Ferreira; MILAN, Ivonildes. *Matemática - Ensino Fundamental - Projeto Presente*. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2000. 4V.

SANCHEZ, Lucília Bechara & Outros. *Fazendo e Compreendendo Matemática - 1º ao 5º ano*. Editora Saraiva. 5ª edição. 2010.

Conhecimentos Gerais sobre o Município de Paty do Alferes para todos os cargos de Nível Fundamental Incompleto.

1. Município de Paty do Alferes: Dados históricos, origem, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos econômicos e físico-geográficos, população. **2.** Personalidades do Município; pontos históricos, culturais e turísticos: Aldeia de Arcozelo, Caminho do Imperador e Igreja Matriz.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município. Disponível em :

<http://patydoalferes.rj.gov.br/historia/fundacao-de-paty-do-alferes/>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330385&search=rio-de-janeiro|paty-do-alferes|infograficos-historico>

<http://www.agenciario.com/municipios/fichaMun.asp?codMunic=52#>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Paty_do_Alferes

AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1. Manutenção predial – noções básicas (Elétrica. Hidráulica. Alvenaria. Revestimentos. Pintura. Ferragens e fechaduras. Louças e metais). **2.** Manutenção externa (Ruas. Praças. Jardins. Canteiros. Ferramental básico). **3.** Equipamentos de segurança (Equipamentos de proteção individual e coletiva. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas). **4.** Prevenção contra incêndio e pânico (Noções básicas).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS



SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Manuais e catálogos de ferramentas manuais.
Manuais e catálogos de elétrica.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1. Serviços Administrativos. Verificação de aparelhos e máquinas ligados ou desligados, sob orientação técnica. Operação de máquinas duplicadoras. Recebimento e distribuição de documentos e/ou cópias aos setores da Prefeitura Municipal. Utilização, cuidados, guarda e controle de materiais, equipamentos e produtos utilizados. Pequenas compras externas e mandados diversos sob instruções. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes e combate a incêndios. Práticas do dia a dia. 2. Copa e cozinha: Cuidados de higiene com o local de trabalho, água, lixo, transporte de lixo, higiene do ambiente e utensílios. 3. Higiene, Limpeza e Meio Ambiente: Necessidade de higienização nas instalações da Prefeitura Municipal. Categorias de higienização. Higienização de superfícies. Tipos de higienização. Técnica dos dois baldes. Operações de Limpeza. Higienização de utensílios. 4. Equipamentos de Proteção individual (E.P.I.). 5. Condutas e Aspectos gerais de higiene. Lavagem das mãos. 6. Meio ambiente e reciclagem de produtos e materiais. Coleta seletiva. Separação de lixo. Resíduos. Classificação. Simbologia. 7. Limpeza. Objetivos. Tipos. Procedimentos. Princípios Básicos. Materiais. 8. Outros assuntos – Prática do dia a dia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

HAZELWOOD e MCLEAN. *Manual de Higiene*. Editora Livraria Varela. São Paulo. 1999. 2ª reimpressão.
HIGIENE, LIMPEZA e RESÍDUOS: textos disponíveis em /
www.unic.br/hgu/p_hgu/ccih/Novo%20manual%20de%20limpeza%202007.pdf
http://www.unic.br/hgu/p_hgu/ccih/Novo%20manual%20de%20limpeza%202007.pdf
www.ccs.ufrj.br/arquivos/biosseguranca/manual_de_higienizacao_de_estabelecimentos_de_saude_e_gestao_de_seus_residuos_-_comlurb.pdf
http://www.ccs.ufrj.br/arquivos/biosseguranca/manual_de_higienizacao_de_estabelecimentos_de_saude_e_gestao_de_seus_residuos_-_comlurb.pdf
RECICLAGEM E COLETA SELETIVA
Disponíveis em www.compam.com.br/coletaseletiva.htm
<http://www.compam.com.br/coletaseletiva.htm>
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS – Disponível em:
www.bombeiros.mg.gov.br <http://www.bombeiros.mg.gov.br/>
- Dicas de Segurança
www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/fogo.html
http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/fogo.html
http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/prevencao_d_e_incendio.html
PREVENÇÃO DE ACIDENTES – Disponível em:
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1227209981.pdf
Outros assuntos – Práticas do dia a dia.
PILARES, Naci Capel. Atendimento ao Cliente: O Recurso Esquecido. São Paulo: Nobel, 1989 (Módulos I e III).

COVEIRO

1. Escavação: Ferramental básico; equipamentos de segurança. 2. Manutenção externa e interna do cemitério: noções básicas de alvenaria, materiais, ferramentas; Noções básicas de concreto, materiais, ferramentas; Noções básicas de revestimentos, materiais, ferramentas; Noções básicas de pintura, materiais, ferramentas. 3. Conservação: Ruas; Praças; Jardins; Jazigos; Canteiros. 4. Equipamentos de segurança. 5. Equipamentos de proteção individual e coletiva.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Manuais e catálogos de materiais de construção e ferramentas manuais e elétricas.

MERENDEIRA

1. Noções gerais sobre higienização: Pessoal, equipamentos, utensílios e área física de cozinhas e refeitórios de maneira geral. 2. Noções gerais sobre administração de cozinhas e refeitórios: Armazenamento, controle de estoque e distribuição de refeições e alimentos. 3. Conhecimento de higienização e características próprias dos alimentos. 4. Conhecimento sobre pré-preparo e preparo de alimentos. 5. Conhecimentos básicos sobre composição nutricional dos alimentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manual de Higiene para Manipuladores de Alimentos. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade do S/D. São Paulo: Atlas, 2000.
HAZENLWOOD & MC LEAN. *Manual de higiene para manipuladores de alimentos*.
ORNELLAS, Artur Liese Lotte H. *Técnica dietética. Seleção e preparo de alimentos*.

Paty do Alferes, ____ de _____ de _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO V
FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS



Nome: _____

Nº de inscrição: _____

Cargo: _____

Código do cargo: _____

Descrição do Título		Pontos Atribuídos (uso da Banca)
TOTAL DE TÍTULOS ENTREGUES		
TOTAL DE FOLHAS ENTREGUES		
TOTAL DE PONTOS (uso da Banca)		

Assinatura do candidato: _____

Rubrica do avaliador: _____

Data: _____

----- destaque aqui -----

PROTOCOLO DO CANDIDATO

Total de Folhas Entregues: _____ Total de Documentos Entregues: _____

Assinatura do responsável pelo recebimento: _____

Data de Entrega: _____

O candidato se responsabilizará pela entrega da documentação conforme disposto no Edital Nº 01/2015. Não cabendo ao IBAM qualquer responsabilidade pela não observância dos critérios preestabelecidos no referido Edital.



**MODELOS DE DECLARAÇÃO PARA REQUERER A ISENÇÃO
DO VALOR DA INSCRIÇÃO
(CANDIDATO DESEMPREGADO)**

Modelo nº 1

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, que não tenho nenhum contrato de trabalho registrado em minha CTPS.

Data:

Assinatura:

Modelo nº 2

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, que não tenho vínculo empregatício vigente registrado em minha CTPS.

Data:

Assinatura:

Obs.: o candidato deverá preencher, imprimir, assinar e entregar todos os modelos de declaração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO VI



Modelo nº 3

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, que nunca tive vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal.

Data:

Assinatura:

Modelo nº 4

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, que não tenho contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal

Data:

Assinatura:

Obs.: o candidato deverá preencher, imprimir, assinar e entregar todos os modelos de declaração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO VI



Modelo nº 5

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, que nunca tive contrato de prestação de serviços com o Poder Público municipal, estadual ou federal.

Data:

Assinatura:

Modelo nº 6

À
Comissão de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – RJ
Edital nº 01/2015

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de concessão de isenção de pagamento de inscrição para o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RJ, não auferir qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma.

Data:

Assinatura:

Obs.: o candidato deverá preencher, imprimir, assinar e entregar todos os modelos de declaração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ANEXO VII



Cronograma Previsto do Concurso Público
(as datas poderão ser alteradas de comum acordo entre a
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e o IBAM)

ETAPAS	DATA PREVISTA
Publicação do Edital nos sites do IBAM e da Prefeitura e no Mural de Atos da Prefeitura de Paty do Alferes	23/11/15
Período de inscrição	30/11 a 18/12/15
Data limite para pagamento do boleto bancário do valor da inscrição	21/12/15
Prazo para inscrição dos isentos	30/11, 01 e 02/12/15
Divulgação dos pedidos de isenção	11/12/15
Recursos contra pedidos de isenção negados	14 e 15/12/15
Data para verificar se a inscrição foi homologada	22/12/15
Aplicação das provas objetivas	14/02/16
Publicação Oficial dos Gabaritos nos sites e no Mural da Prefeitura	15/02/16
Recursos contra gabaritos das provas objetivas	16 a 22/02/16
Publicação dos primeiros resultados (notas nas provas objetivas) e da síntese dos recursos contra gabaritos nos sites	07/03/16
Disponibilização do cartão-resposta para consulta, através do site www.ibam-concursos.org.br na opção Área do candidato	07/03/16
Entrega dos títulos na Secretaria Municipal de Administração (aprovados nas provas objetivas)	08 a 10/03/16
Aplicação das Provas Práticas para os cargos de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, Coveiro, Merendeira e Motorista e de Aptidão Física para o cargo de Guarda Municipal (Feminino e Masculino)	19 e 20/03/16
Divulgação dos resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	22/03/16
Recursos contra os resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	23 a 30/03/16
Publicação da síntese dos recursos contra pontuação nas provas práticas, de aptidão física e de títulos	07/04/16
Divulgação dos resultados finais do Concurso Público	08/04/16